

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Aline Andrea Zamboni Milanez

MICHEL TEMER E A PERSUASÃO NO DISCURSO DE POSSE PRESIDENCIAL

Um olhar Sistêmico-Funcional

Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem

São Paulo

2019

Aline Andrea Zamboni Milanez

MICHEL TEMER E A PERSUASÃO NO DISCURSO DE POSSE PRESIDENCIAL

Um olhar Sistêmico-Funcional

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em cumprimento à exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, sob a orientação da Professora Doutora Sumiko Nishitani Ikeda.

São Paulo

2019

Banca Examinadora:

Sumiko Nishitani Ikeda (Orientadora) – PUCSP

Maximina Maria Freire

Eliane Alves de Souza

São Paulo, ____ de novembro de 2019.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço profundamente à Prof. Sumiko Nishitani Ikeda, uma excelente professora e ser humano, que me guiou sempre pela mão durante esse processo de forma absolutamente humilde e profissional. Obrigada por acreditar que eu conseguiria e obrigada por sempre caminhar comigo nessa jornada.

À Capes, pela concessão da bolsa.

À Prof. Maximina Freire e ao Prof. Tony Beber Sardinha pelos ensinamentos, incentivos e por serem exemplos de grandes pesquisadores. E a todos os professores e amigos do LAEL com quem tanto aprendi durante esse processo.

À Maria Lúcia Reis pelo auxílio e direcionamento quanto às questões práticas.

Ao excepcional grupo de pesquisa ACLISF pelo acolhimento, e acredito que hoje se constitui um verdadeiro time sério de pesquisa e ajuda mútua, ampliando e divulgando a Linguística Sistêmico-Funcional.

Aos meus pais pelo grande apoio e amor incondicional. Nunca faltaram palavras de incentivo.

Ao meu marido Daniel que sempre me incentivou na pesquisa e no crescimento profissional. Obrigada pela imensa paciência e companheirismo.

Aos meus filhos Heloisa e Henrique, saibam que foram a mola propulsora para que eu nunca desistisse de continuar.

E por fim, não menos importante, à Deus, por ter colocado todas essas pessoas maravilhosas no meu caminho, pela benção da vida e por sempre me propiciar caminhos para minha evolução.

O significado não preexiste ao enunciado, mas é constituído no momento da enunciação.

Michael Halliday

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Tipos de processos na LSF.....	19
QUADRO 2 - Metafunção Interpessoal.....	20
QUADRO 3 - Modalidade	20
QUADRO 4 - As três Metafunções.....	21
QUADRO 5 - As Teorias que ancoram a análise.....	38

LISTA DE ANEXOS

Anexo – Discurso de Posse – Michel Temer	66
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	Análise do Discurso Crítica
LSF	Linguística Sistêmico-Funcional
LC	Linguística Crítica

RESUMO

A argumentação pertence à família das ações humanas que visam a persuadir, apresentando-se como uma alternativa ao uso da violência física e, para tanto, pode recorrer à manipulação, uma das práticas sociais discursivas de grupos dominantes equipadas para a manutenção do poder. O objetivo desta dissertação de mestrado é o exame crítico do primeiro discurso de Michel Temer como presidente do Brasil, durante a posse dos ministros para seu governo, ocorrido em 12 de maio de 2016, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff. O exame tem o apoio da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), uma proposta teórico-metodológica que vê a língua como um sistema de significados realizados por meio do rico recurso de opções gramaticais selecionadas pelo usuário da língua. Essas escolhas são descritas em termos funcionais para que sejam significativas semântica e pragmaticamente. As funções da gramática abrangem três sistemas de significados, ou metafunções, inter-relacionados: textual, interpessoal e ideacional. Essas metafunções referem-se, respectivamente, à estruturação e à apresentação da informação; à expressão das interações; e à incorporação de tipos de experiência, percepção e consciência na língua. As estratégias gerais de um discurso persuasivo são amplamente semântico-pragmáticas, e, como no caso da implementação de ideologias, esses significados podem ser (des)enfatizados pela (de)topicalização dos significados; por atos de fala específicos, por significados locais que podem ser mais ou menos precisos; pela manipulação da informação explícita versus implícita; por meio de lexicalização, de metáforas e outras figuras retóricas. A pesquisa deve responder às seguintes perguntas: (a) Qual é contribuição da metafunção ideacional no processo persuasivo que percorre o discurso de Temer? (b) E quanto à metafunção interpessoal? (c) De que recursos retóricos se vale a persuasão no discurso presidencial? Esta pesquisa mostra que a persuasão implícita ocorre na subjacência do texto e que, para a sua revelação, é necessário o enfoque na relação entre as escolhas lexicogramaticais feitas na microestrutura do texto com os valores que se encontram na macroestrutura do discurso, cujo entendimento depende em grande parte do *frame* do interlocutor.

Palavras-chave: Discurso de posse; Avaliatividade; Linguística Sistêmico-Funcional; Persuasão.

ABSTRACT

The ability to employ argumentation belongs to the family of human actions that seek to persuade, presenting itself as an alternative to the use of physical violence, therefore, since it allows one to resort to manipulation, which represents a discursive social practice of dominant groups equipped for the maintenance of power. The objective of this master's dissertation is the critical analysis of the rhetorical devices in Michel Temer's speech on the occasion of his investiture as president of the nation, focusing on how persuasion is woven throughout the inauguration discourse. Michel Temer took office on May 12, 2016, following the *impeachment* of president Dilma Rousseff. The general strategies of a persuasive discourse are largely semantic-pragmatic, and, as in the case of the implementation of ideologies, these meanings can be (de)emphasized by the (de)topicalization of meanings by specific speech acts, by local meanings that may be more or less precise, by the manipulation of explicit versus implicit information, by means of lexicalization, metaphors and other rhetorical figures. One of the elements of communication that assumes a fundamental part in the manipulation of opinions is the notion of evaluation, called "appraisal" by Systemic-Functional Linguistics, and that, in summary, expresses the opinion of the speaker about the parameters on the definition of "good" and "bad". Appraisal embraces the notion of "attitude token" - the implicit assessment - to denote the way in which ideational meaning can be "saturated" in evaluative, that is, intrapersonal terms. The research intends to answer the following questions: (a) What resources does persuasion use in Michel Temer's inauguration speech? (b) What is the role of appraisal in this process? This research shows that implicit persuasion occurs in the underlying text and that, for its revelation, it is necessary to focus on the relation between the lexical choices made in the microstructure of the text and the values which are found in the macrostructure of the discourse, whose understanding depend largely on the interlocutor's frame.

Keywords: Speech; Appraisal; Systemic-Functional Linguistics; Persuasion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
1.1 Linguística Sistêmico-Funcional.....	17
1.2 Avaliatividade	22
1.2.1 <i>A Intersubjetividade</i>	24
1.3 Abordagens críticas e não-críticas	26
1.3.1 <i>Linguística Crítica</i>	28
1.4 Ironia, a linguagem da dissensão	28
1.5 Persuasão	29
1.6 Argumentação	31
1.6.1 <i>Meios para persuadir</i>	33
2 METODOLOGIA	39
2.1 Dados	39
2.2 Procedimento de Análise.....	40
3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	42
3.1 Análise e Discussão do Discurso de Posse do Presidente Michel Temer .	42
3.2 Discussão Geral dos Resultados.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS.....	61
Anexo	66

INTRODUÇÃO

O interesse pela análise do discurso crítica surgiu durante o curso de graduação em jornalismo, intensificando-se após os desdobramentos da operação Lava Jato feita pela Polícia Federal, que pôs em evidência, entre outros fatores, o jogo manipulativo do discurso político. Percebi, então, que, na comunicação, seja ela escrita, visual ou oral, há sempre um ato persuasivo, um objetivo a ser alcançado, pois, como já dizia Koch (1987, p. 19), “o ato de argumentar, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia”.

A argumentação pertence à família das ações humanas que têm como objetivo persuadir. Numerosas situações de comunicação têm, de fato, como finalidade conseguir que uma pessoa, um auditório, um público, adotem determinado comportamento ou que eles compartilhem uma opinião (BRETON, 2003), e essas situações são frequentes na vida cotidiana, tanto no plano da vida privada quanto na vida profissional.

Os meios utilizados para persuadir, segundo Breton (2003), são extremamente variados, colocando em ação procedimentos complexos que utilizam a riqueza dos comportamentos humanos. Um desses meios é a argumentação, cuja especificidade é acionar um raciocínio em uma situação de comunicação. Nesse contexto, uma condição cognitiva crucial da manipulação é levar os alvos da manipulação (pessoas, grupos, etc.) a acreditar que algumas ações ou políticas visam ao seu próprio interesse, quando, na realidade, elas são do interesse dos manipuladores e seus associados, explica o autor. E, ainda, embora as estruturas discursivas *per se* não sejam claramente manipulativas, algumas dessas estruturas podem ser extremamente eficientes no processo de influenciar as mentes dos receptores, adverte Van Dijk (1985).

As estratégias gerais do discurso manipulativo parecem ser amplamente semânticas, isto é, focalizadas no conteúdo manipulativo da escrita ou da conversa. Porém, continua Van Dijk (1985), como no caso da implementação de ideologias, esses significados podem ser enfatizados ou (des)enfatizados por estratégias de cunho pragmático, tais como, atos de fala específicos, significados locais que podem ser mais ou menos precisos, manipulação da informação explícita versus implícita,

lexicalização, metáforas e outras figuras retóricas, bem como por realização específica (entonação, volume, rapidez; layout, tipo de letra, foto, etc.).

Um dos elementos da comunicação que assumem uma parte fundamental na manipulação é a noção de avaliação, uma área de constante interesse de linguistas (PRECHT, 2003). De algum modo, o conceito de avaliação é um construto linguístico perfeito: ao examinar a avaliação, estamos investigando o espaço na linguagem em que os significados literal, figurativo e o funcional se cruzam. Por exemplo, “pode ser” expressa literalmente possibilidade ou incerteza, mas pode ser usado na conversa para: sugerir (“pode ser que tenhamos de comer”), fazer uma estimativa (“pode ser que houvesse umas cinco pessoas”) ou modalizar (“Não sei, pode ser...”).

O objetivo desta dissertação de mestrado é o exame crítico do discurso de Michel Temer durante a posse dos ministros para seu governo, ocorrido em 12 de maio de 2016, após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Michel Miguel Elias Temer Lulia, filiado ao PMDB, advogado, professor universitário e escritor, assumiu a presidência do Brasil em 12 de maio de 2016, após o *impeachment* da titular, Dilma Rousseff. Já exerceu o cargo de presidente da Câmara dos Deputados, de deputado federal, de secretário da Segurança Pública e de procurador-geral do estado de São Paulo.

Tendo em mente o objetivo da presente pesquisa, essa deve responder às seguintes perguntas: (a) Qual é contribuição da metafunção ideacional no processo persuasivo que percorre o discurso de Temer? (b) E quanto à metafunção interpessoal? (c) De que recursos retóricos se vale a persuasão no discurso presidencial?

A pesquisa tem o apoio da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), na medida em que essa vertente funcionalista oferece uma metodologia que permite o exame da macroestrutura da persuasão, da ideologia, da manipulação, por meio do exame das escolhas lexicogramaticais feitas pelo autor na microestrutura linguística. A LSF é apontada pelos críticos do discurso como a mais indicada para esse tipo de análise (FOWLER, 1991; FAIRCLOUGH, 1992; CHARTERIS-BLACK, 2004).

A presente dissertação de mestrado insere-se no projeto de pesquisa “Recursos para a realização da persuasão através da avaliação implícita”, inserido no grupo de pesquisa Análise Crítica e Linguística Sistêmico-Funcional (ACLISF), cadastrado no CNPQ, ambos coordenados pela professora doutora Ikeda. Cito alguns

trabalhos feitos pelo grupo: “A persuasão no gênero pregação sob o enfoque da GSF” (LIMA, 2013); “A persuasão no discurso de auto-ajuda: Uma abordagem sistêmico-funcional” (LOLI, 2008). “A Persuasão na propaganda dirigida a crianças: uma análise sob a perspectiva da GSF” (MARTINS, 2012); “A persuasão em artigo de opinião: Um enfoque da GSF” (SILVA, 2014); “A persuasão na propaganda de cervejas: sob o enfoque sistêmico-funcional” (SILVA, 2012); “Interação e persuasão em artigo de opinião de Carlos Heitor Cony: Um enfoque sistêmico-funcional” (TEODORO, 2013).

Esta dissertação de mestrado estrutura-se da seguinte forma: além desta Introdução, o restante consiste em quatro capítulos: O primeiro é dedicado ao quadro teórico, em que trato da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), além de recursos de persuasão e de argumentação. O segundo refere-se à metodologia em termos de questões de pesquisa, coleta de dados, unidade de análise e procedimento analítico. O terceiro trata da análise e da discussão dos resultados do discurso de posse de Michel Temer. Por último, as Consideração Finais.

Antes de iniciar o capítulo da Fundamentação Teórica, apresento o contexto histórico-político que envolveu a posse do cargo de presidente da nação por Michel Temer, em 12 de maio de 2016, após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Contexto Histórico-Político

A presidente Dilma Rousseff e o seu, então, vice-presidente Michel Temer, pertencentes respectivamente aos partidos PT (Partido dos Trabalhadores) e PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) – atual MDB (Movimento Democrático Brasileiro), foram reeleitos em 2014 no turno mais disputado da história das eleições presidenciais no Brasil, até o presente momento. Dilma assume a presidência em 2015 em meio a uma crise econômica e política que teve início no seu primeiro mandato, com vários eventos, dentre eles escândalos de corrupção na Petrobrás e acusações de crime de reponsabilidade fiscal cometidos por seu governo.

Em março do mesmo ano (2015) diversos e enormes protestos de rua contra o governo da presidente pediam a abertura do processo de *impeachment* ou, a renúncia da presidente, de seu vice Michel Temer e também a cassação do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Os protestos que chegaram a levar

quantidades recordes de pessoas às ruas (os movimentos reuniram milhões de pessoas nos dias 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015, e, segundo algumas estimativas, foram as maiores mobilizações populares no país), levaram Dilma a atingir o menor índice de aprovação de um presidente na história do País em uma pesquisa do IBOPE – 9%, segundo dados retirados do site Wikipedia.

Até setembro de 2015, ou seja, ainda no seu primeiro ano do segundo mandato, já havia 37 pedidos de *impeachment* protocolados na Câmara dos Deputados contra Dilma mas, somente um foi aceito, em 2 de dezembro do mesmo ano, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB). Tratava-se de uma denúncia por crime de responsabilidade fiscal apresentada pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal.

Mas na verdade a complexidade política da época ia além da violação orçamentaria. Eduardo Cunha era investigado na Operação Lava Jato e corria o risco de perder seu mandato, pois o Conselho de Ética da Câmara movia um processo contra ele sob denúncias de ter recebido propina da Petrobrás e de manter contas secretas na Suíça. Existiam boatos sobre algumas tentativas de acordo entre o presidente da Câmara e filiados ao PT para encerrar o processo. Quando os petistas anunciaram o seu apoio à perda do mandato de Cunha no Conselho de ética, ele aceitou o pedido de *impeachment*.

Segundo membros do Partido dos Trabalhadores, a atuação de Michel Temer nos bastidores ao lado de Eduardo Cunha, ambos pertencentes ao antigo partido PMDB, foi fundamental para intensificar o apoio ao *impeachment* na Câmara dos Deputados, o que acabaria levando à conclusão de que o vice tramou um golpe para assumir a presidência após a derrota de Dilma no Congresso.

O *impeachment* se encerra no dia 31 de agosto de 2016, resultando na cassação do mandato de Dilma Rousseff, que se torna a segunda pessoa a exercer o cargo de Presidente da República a sofrer *impeachment* no Brasil, sendo Fernando Collor o primeiro, em 1992. Como Collor renuncia antes do processo se concluir, Dilma se torna a primeira pessoa a sofrer todo o processo *impeachment* no país.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apresento, a seguir, as teorias que apoiam a análise da persuasão implícita que percorre o discurso de Michel Temer: A Linguística Sistêmico-Funcional; avaliatividade; linguística crítica; persuasão e argumentação, envolvendo noções retóricas como: ironia; entimemas, as falácias, manipulação, a política do apito do cão, intersubjetividade, contrabando da informação, mundo textual e legitimização.

1.1 Linguística Sistêmico-Funcional

O presente estudo tem o apoio teórico-metodológico da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY, MATTHIESSEN 2004). A LSF estabelece que o uso da língua é funcional e sua função é a de construir significados, esses significados, por sua vez, são influenciados pelo contexto social e cultural em que são intercambiados; onde o processo de uso da língua é um processo semiótico de fazer significado por meio de escolhas.

Para a LSF, a língua está estruturada para construir três tipos de significados: *ideacional*, *interpessoal* e *textual*, que agem simultaneamente: cada palavra que dizemos realiza as três metafunções, ou seja, tudo que expressamos linguisticamente quer dizer, simultaneamente, três coisas: alguma coisa (ideacional) dita a alguém (interpessoal) de algum modo (textual). Essa simultaneidade é possível graças a um nível intermediário de codificação – a lexicogramática.

Na LSF, é importante a noção de escolhas (HALLIDAY, 1994). Assim, quando se faz uma escolha no sistema linguístico, o que se escreve ou o que se diz adquire significado contra um fundo em que se encontram as escolhas que poderiam ter sido feitas, mas que não o foram, fato importante na análise do discurso. Essas escolhas são descritas em termos funcionais para que sejam significativas semântica e pragmaticamente.

A visão funcional da LSF das escolhas linguísticas como índices de significados cruza com a análise do discurso crítica: ambas são guiadas pela suposição subjacente de que as formas linguísticas e as escolhas expressam significados ideológicos. A LSF oferece um instrumento analítico específico para o exame sistemático das

relações de poder no texto bem como das motivações, propósitos, suposições e interesse dos produtores do texto. Com seu foco na seleção, categorização e ordenação do significado nas microestruturas no nível da oração mais do que no macro nível do discurso, a LSF é especialmente útil para uma análise sistemática, com enfoque nos traços linguísticos no micronível dos textos, fornecendo intravisiões críticas na organização dos significados do discurso. Como Martin e White (2005, p. 7) explicam, "a LSF é um modelo multiperspectivo, designado a dar aos analistas lentes complementares para a interpretação da língua em uso".

A seguir, apresento cada uma das metafunções.

Metafunção Ideacional – A metafunção ideacional, diz Halliday (1994), tem a função de representar padrões de experiência. As línguas capacitam o ser humano a construir um quadro mental da realidade, para que ele entenda o que acontece ao seu redor e no seu interior (1994, p. 106). Aqui novamente a oração tem um papel central, porque ela incorpora um princípio geral de modelagem da experiência – ou seja, o princípio de que a realidade é feita de **processos**.

Nossa impressão mais poderosa da experiência é de que ela consiste de “eventos” – *acontecer, fazer, sentir, significar, ser e tornar-se*. Todos esses eventos estão distinguidos na gramática da oração, continua o autor. A oração é também um modo de reflexão, de ordenação da variação infinita do fluxo de eventos. O sistema gramatical pelo qual isso é alcançado é o da **transitividade**. O sistema de transitividade constrói o mundo da experiência em um conjunto manipulável de **tipos de processo**. A análise da transitividade pode, examinando as escolhas feitas no texto referentes a estados de ser, ações, eventos e situações referentes a dada sociedade, mostrar o viés e a manipulação envolvidos nessas representações.

Halliday (1994) sugere que os processos semânticos representados na oração têm potencialmente três componentes: o próprio **processo**, que é expresso pelo grupo verbal da oração; os **participantes** envolvidos no processo, realizados pelos grupos nominais da oração; e as **circunstâncias** associadas com o processo, expressas por grupos adverbiais ou preposicionais. Halliday ainda sugere a classificação dos processos, conforme representem ações, eventos, estados da mente ou estados de ser; **material, mental e relacional** são os três tipos principais no sistema da transitividade, referindo-se respectivamente a ações ou eventos do

mundo externo, a experiência interna da consciência e os processos que classificam e identificam, respectivamente. Nos limites entre esses eles estão os processos: **comportamental** (que representam manifestações de atividades internas), **verbal** (relações simbólicas construídas na consciência humana e em estados fisiológicos) e **existencial** (processos relacionados à existência). O Quadro (1) apresenta o sistema da transitividade com exemplos.

Quadro 1 - Tipos de processos na LSF

Participantes ligados ao Processo			
<u>João</u> Ator	QUEBROU Material	<u>a mesa</u> Meta	<u>com um soco</u> Circunstância
<u>Ele</u> Comportante	[perdeu a cabeça e]	SOCO Comportamental	<u>a mesa</u> Alcance
<u>Eeliana</u> Experienciador	ENTENDEU Mental	<u>o seu sofrimento</u> Fenômeno	
<u>O rapaz</u> Dizente	CONTOU - Verbal	<u>me</u> Receptor	<u>sobre a difícil situação</u> Verbiagem
<u>João</u> Portador	ERA Relacional	<u>deputado</u> Atributo	
<u>O deputado</u> Identificado	ERA Relacional	<u>o João.</u> Identificador	
HOUVE Existencial	<u>motivos</u> Existente	<u>com certeza.</u> Circunstancial	

Fonte: HALLIDAY (1994)

Metáfora de processo: Kitis e Milapides (1997), mostram que um verbo de processo mental, no exemplo tirado de um artigo publicado na revista Time: “A Grécia está *lembrando* o mundo de que ela também é um país dos Balcãs” é usado no modelo transacional para denotar mais uma ação verbal e física do que uma ação mental. No caso, a Macedônia não só está sendo avisada, mas também ameaçada pela Grécia de sofrer alguma ação bélica.

Metafunção Interpessoal – A metafunção interpessoal refere-se ao fato de a oração além de informar, estar também organizada como um evento interativo, envolvendo falante (ou escritor) e audiência. Esta metafunção envolve as relações sociais com respeito à função da oração no diálogo, e referem-se a dar/pedir informação (proposição) ou bens & serviços (proposta), abrangendo os sistemas gramaticais de: *mood* e de modalidade. O *mood* abrange: Sujeito e Finito + Resíduo. O Quadro 2 mostra a análise de: (1) João precisa estudar a lição. e (2) João estudava a lição.

Quadro 2 - Metafunção Interpessoal

MOOD		RESÍDUO
Sujeito	Finito	
(a) João	precisa (<u>modalidade</u>)	estudar a lição
(b) João	-va (<u>tempo primário</u>)	estuda- a lição

Fonte: Halliday (1994)

Como exemplo do sistema gramatical que atua na interação social, o *mood* oferece uma escolha entre diferentes atos de fala básicos, tais como, declaração (afirmativa ou negativa), pergunta e comando. Escolhendo-se o *mood* interrogativo, por exemplo, atualizamos a interação de questionamento (e.g. entrevista, exame, interrogatório, pesquisa); a modalidade tem a função pessoal de expressar a avaliação dos interlocutores sobre o conteúdo da mensagem). A proposição pode ser modalizada em termos de probabilidade e frequência; enquanto que a proposta pode ser modulada em termos de obrigação e deseabilidade, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Modalidade (Entre o SIM e o NÃO)

DAR	PEDIR	Produto	MODALIDADE	
Informação		Proposição	Modalização	<u>Probabilidade</u> (epistêmica): <i>talvez</i>
<i>É uma hora.</i>	<i>Você viu isto?</i>			<u>Frequência</u> : <i>geralmente, sempre</i>
Bens e Serviços		Proposta	Modulação	<u>Obrigação</u> (deôntica): <i>precisa</i>
<i>Deu-lhe flores.</i>	<i>Me dá isso?</i>			<u>Desejabilidade</u> : <i>quero</i>

Fonte: Halliday (1994)

Metafunção Textual – A metafunção textual refere-se ao fluxo das palavras na oração. Segundo Halliday (1994), das várias estruturas que, quando mapeadas em sobreposição, constroem uma oração, consideramos primeiro aquela que lhe dá o caráter de mensagem. A metafunção textual organiza os significados ideacionais e interpessoais de uma oração, trabalhando os significados advindos da ordem das palavras na oração em termos de Tema e Rema.

Vejamos, a seguir, como o exemplo: *Certamente, ele estudou inglês no passado*, seria analisado, considerando as três metafunções.

- Em relação à metafunção ideacional, o verbo “estudar” expressa um processo material, “ele” um participante “ator”; “inglês” um participante “meta”; e “no passado” uma circunstância de tempo. Esses elementos representam a transitividade da oração.
- Em relação à metafunção interpessoal, é uma sentença declarativa, na qual o *mood* é realizado pelo sujeito “ele”, e pelo finito: (i) pela a terminação “-ou” (flexão do pretérito perfeito); (ii) pela modalização “certamente”. O restante da frase forma o resíduo.
- Em relação à metafunção textual, “ele” realiza o tema da frase e o restante, o rema. O tema é o ponto de partida da mensagem e indica uma posição importante na frase, ajudando a estruturar o discurso e a dar proeminência aos elementos que o compõe.

Quadro 4: As três Metafunções

METAFUNÇÕES	Certamente	Ele	Estudou		inglês	no passado
<i>Ideacional</i>	-----	Ator	processo material		Meta	Circunstância
<i>Interpessoal</i>	Certamente	Ele	estud-	-ou	inglês	no passado
	Mood		Resíduo	Mood	Resíduo	
	Finito: Modalidade	Sujeito	Predicador	Finito: Tempo	Complemento	Adj. Adverbial
<i>Textual</i>	Certamente ele		estudou inglês no passado			
	Tema		Rema			

Fonte: Halliday (1994)

Por outro lado, é imprescindível para a LSF, a consideração da inter-relação entre língua e contexto. Os contextos que afetam a língua, para os systemicistas, são **sociais**: (a) **gênero** (contexto cultural) e **registro** (contexto situacional). mais recentemente, a LSF tem abordado o contexto ideológico

O gênero representa os processos sociais em estágios orientados para uma finalidade de uma dada cultura, tais como a narrativa, uma anedota, uma reportagem, um relato, um procedimento, etc., e, por isso, são em geral rotulados de contexto de cultura. O registro, por outro lado, refere-se ao contexto de situação (MARTIN, 1992). Na LSF, o registro é organizado pelas três variáveis contextuais, **campo** (assunto), **relações** (status dos interactantes) e **modo** (organização do texto). Essas três variáveis contextuais de registro são, por sua vez, organizadas pelas metafunções da linguagem (HALLIDAY, 1978).

Há também um terceiro contexto – o **ideológico**, que mais recentemente tem sido abordado pela LSF. A ideologia ocupa um nível superior de contexto, referindo-se a posições de poder, a vieses políticos e a suposições sobre valores, tendências e perspectivas que os interlocutores trazem para seus textos, e tem chamado a atenção dos systemicistas, na medida em que, em qualquer registro, em qualquer gênero, o uso da língua será sempre influenciado pela nossa posição ideológica. A análise dos aspectos ideológicos tem sido feita, dentre outros, pela Linguística Crítica (FOWLER, 1991).

A seguir, apresento o sistema da avaliatividade, já previsto por Halliday (1994) para integrar a metafunção interpessoal, e que foi desenvolvido mais tarde por Martin (2000). A noção de avaliatividade – rótulo para uma coleção de recursos semânticos para negociar emoções, julgamento e apreciação –, ampliou o poder analítico da metafunção interpessoal e tem importante participação na análise do discurso.

1.2 Avaliatividade

Nesse contexto, passo a apresentar da proposta de Martin (2000), que examina o léxico avaliativo que expressa a opinião do falante (ou do escritor) sobre o parâmetro bom/mau, com o rótulo de avaliatividade (tradução de *appraisal*). Martin (2000) enquadra-se na tradição da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), e sua contribuição

refere-se à ampliação da metafunção interpessoal dessa proposta teórico-metodológica. O sistema de escolhas usado para descrever essa área de significado potencial, que chamou de avaliatividade, constitui-se dos seguintes subsistemas: ATITUDE: envolvendo afeto (emoção), julgamento (ética) e apreciação (estética); ENGAJAMENTO: sinalizando o posicionamento do falante, se conclusivo – monoglossia – ou disposto à negociação – heteroglossia; e GRADAÇÃO: controlando a intensidade da avaliação para mais ou para menos.

Martin nota que, quando a avaliação é realizada explicitamente, é fácil analisar uma atitude sobre um evento como positiva ou negativa; mas em muitos casos a avaliação depende da posição de leitura. Esse fato levou Martin a postular uma distinção importante entre avaliatividade explícita e implícita. O autor propõe, então, a noção de *token* de atitude – a avaliação implícita – para denominar o modo pelo qual o significado ideacional pode ser “saturado” em termos avaliativos, ou seja, interpessoais. A propósito, Martin (2003, p. 173) diz: “o apego a categorias explícitas significa que uma grande quantidade de atitude implícita pelos textos será perdida”.

A avaliatividade trata das expressões de atitude *implícitas* e *explícitas*, que entram numa espécie de dança através do texto criando um espaço semântico mais amplo que, por si, se torna avaliativo. Sobre a questão, Macken-Horarik (2003) fala de *metarrelação*, que, segundo ela, possibilita interpretar a co-padronização de escolhas de avaliatividade em certas fases e construir as relações semânticas entre uma fase e outra. Assim, podemos tratar não somente de formas explícitas de avaliação, mas também de escolhas de avaliatividade implícita através de longos trechos do texto.

As normas sociais para o uso da avaliação são sistematicamente diferentes através de culturas, afirma Precht (2000). Os recursos da língua possibilitam um número virtualmente ilimitado de modos pelos quais podemos nos expressar, mas, segundo a autora, estamos “programados” a usar um subconjunto muito limitado e específico dessas opções. Assim, há mais de 1400 palavras avaliativas em inglês, segundo sua pesquisa, mas usamos apenas cerca de 150 delas. Embora tenhamos uma miríade de opções para expressar nossas emoções, atitudes e compromissos, tendemos a usar o mesmo pequeno conjunto de marcadores avaliativos repetidamente. Nossa expressão de avaliação, está formatada pela cultura – somos socializados a usar marcadores específicos de modo específico.

O uso de marcadores de avaliação é apenas uma parte da nossa socialização em termos de avaliação. Ajustamos o uso da avaliação ao contexto e à audiência, e assim enquadramo-nos no modo como os outros nos percebem. Os linguistas críticos interpretam a avaliação como um meio pelo qual a língua codifica a relação entre os interlocutores. Fairclough (1992) afirma que, em vez de codificar diretamente a certeza, a dúvida e as atitudes, a avaliação é o “ponto de intersecção no discurso entre o significado da realidade e a promoção das relações sociais ou - em termos da Linguística Sistêmico- Funcional –, entre as funções ideacional e interpessoal da língua” (FAIRCLOUGH 1992, p. 160).

O autor sugere que os marcadores de avaliação codificam elementos-chave da relação entre os interlocutores, tais como: solidariedade, afinidade e outras relações de poder: “a expressão de alta afinidade pode ter pouco a ver com o comprometimento de alguém com a proposição, mas muito a ver com o desejo de mostrar solidariedade. Inversamente, pouca afinidade com a proposição pode expressar falta de convicção ou de conhecimento” (FAIRCLOUGH 1992, p. 159).

1.2.1 A Intersubjetividade

A Avaliação, a negociação e o envolvimento constituem o conceito de relações, da LSF, que diz respeito às relações de poder e de solidariedade entre os interlocutores. Para Martin (2003), a expressão de atitude não é simplesmente uma questão de posicionamento pessoal, mas, sim, uma questão interpessoal, pois a razão básica de adiar uma opinião é provocar uma resposta de solidariedade do interlocutor. Uma noção importante para a compreensão dessa relação é lembrada por Kärkkäinen (2006), sob a denominação de “intersubjetividade”.

Kärkkäinen (2006) afirma que atitude no discurso não é a apresentação linguística transparente de estados internos de conhecimento, mas emerge da interação dialógica entre interlocutores. A autora procura demonstrar que o posicionamento atitudinal/ avaliativo no discurso emerge da interação dialógica entre interlocutores, afastando-se da ideia de que ele possa ser considerado uma apresentação linguística transparente de estados internos de conhecimento. Desta

forma, a atitude é mais apropriadamente compreendida do ponto de vista da intersubjetividade do que como uma dimensão subjetiva da linguagem.

A subjetividade refere-se à perspectiva avaliativa do falante – afetiva ou epistêmica – que se reflete em suas escolhas linguísticas. Trata-se da função expressiva, emotiva afetiva ou atitudinal da linguagem, em oposição à função referencial, cognitiva ou descritiva. As pesquisas estão começando a mostrar que não somente as categorias gramaticais tais como: termos dêiticos, modo, modalidade, tempo verbal e evidências, são índices do ponto de vista ou da atitude do falante, mas também que o uso da linguagem diária é inerentemente subjetivo, em muito, senão na maioria, dos casos.

Kärkkäinen inicia sua proposta com uma definição linguística de subjetividade, com base em Finegan (1995). O autor afirma que:

a intersubjetividade é a expressão do self e a representação da perspectiva ou ponto de vista do falante (ou mais genericamente, do agente locucionário) no discurso o que tem sido chamado de “marca do falante”. (FINIGAN, 1995, P1)

A subjetividade, então, refere-se ao fenômeno que o falante com suas atitudes ou crenças faz-se presente nos enunciados que produz. Em outras palavras, em vez de simplesmente descrever um evento ou apresentar uma declaração objetiva de algum evento ou estado de coisas, o falante representa um evento ou estado de coisas a partir de uma perspectiva específica.

Ochs e Schieffelin (1989, p. 22) mostram que o afeto permeia o sistema linguístico inteiro, de tal modo que os recursos linguísticos para a avaliação afetiva e epistêmica incluem, não somente o léxico, mas também as estruturas gramaticais e sintáticas (e.g. escolha de pronomes, determinantes, voz verbal, tempo e aspecto verbais, advérbios sentenciais, hedge, construções clivadas (*cleft*), diminutivos, aumentativos, quantificadores, ordem de palavras, feições fonológicas e estruturas discursivas (*code-switching* instanciadas por palavras-tabu, dialeto, repetição de enunciado alheio).

É também, em geral, o caso de que os participantes não tratam da fala prévia puramente em seus próprios termos, mas eles a endereçam de um modo que seja relevante para seus propósitos subsequentes (GOODWIN; GOODWIN, 1987, p. 4).

Como resultado, os participantes podem construir avaliações, modificando a avaliação imediatamente co-presente de um interlocutor dialógico (DU BOIS, 2002).

Outros termos têm sido usados para o domínio formal-nocional da impressão do falante e da perspectiva "subjativa"; a recente, "avaliação" tem ganhado lugar como sinônimo (próximo) de subjetividade. Kockelman (2004) propõe a seguinte definição para os marcadores de avaliação: qualquer sinal que os membros de uma comunidade associam com a contribuição pessoal do falante para a construção-do-evento, em que "avaliações" são entendidas como tipos possíveis dessa contribuição pessoal.

Kärkkäinen (2006) considera uma visão de avaliação mais dialógica, dinâmica e emergente – considerando-a mais como uma característica da língua **intersubjetiva** do que subjativa. Ela se baseia no trabalho de Du Bois (2002) que advoga a noção de avaliação envolvendo não somente a dimensão subjativa, mas também o compromisso intersubjetivo com outras subjetividades: "sem a intersubjetividade, a subjetividade é inarticulada, incoerente, disforme" (Du BOIS, 2002). Hunston e Thompson (2000, p. 143) também afirmam que "a expressão da atitude não é, como se costuma dizer, simplesmente uma questão pessoal (o falante "comentando" sobre o mundo), mas uma questão interpessoal em que a razão básica para adiantar uma opinião é eliciar a resposta solidária do endereçado".

1.3 Abordagens críticas e não-críticas

As pesquisas sobre o discurso envolvem muitas disciplinas: antropologia, linguística, sociologia, psicologia, entre outras. Assim, há, não só muitas abordagens que estudam o discurso, mas também muitos métodos para sua descrição (VAN DIJK, 1985). Contudo, em termos gerais, diz Fairclough (1992), as pesquisas sobre o discurso costumam ser agrupadas, de acordo com a natureza de sua orientação, em abordagens críticas e abordagens não-críticas.

As abordagens críticas diferem das abordagens não-críticas não apenas na descrição das práticas discursivas, continua o autor, mas também na demonstração do modo como o discurso é moldado pelas relações implícitas de poder e ideologias; e pelos efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e de crença.

Enquanto o foco da abordagem do discurso tradicional, continua Fowler (1991), está nos significados estabelecidos entre sentenças e enunciados, na abordagem crítica o foco está na *seleção* que é feita na construção de textos, em fatores que restringem e determinam essas escolhas, i.e., sua causa e seu efeito. Isso porque, da perspectiva da abordagem crítica, todos os enunciados são potencialmente determinados pelas relações sociais que existem entre os participantes. Posto que qualquer instituição está social, econômica e politicamente situada, explica o autor, qualquer coisa que é dita ou escrita sobre o mundo é articulada de uma posição ideologicamente particular: a língua não é uma janela límpida, mas um meio de refração e de estruturação, e como consequência a visão do mundo resultante será necessariamente parcial.

Finalmente, para Fairclough (1992), um método de análise do discurso para ser útil teria de preencher algumas condições mínimas. Primeiro, seria necessário um método para análise *multidimensional*, que permitisse avaliar as relações entre mudança discursiva e social e relacionar sistematicamente propriedades detalhadas de textos às propriedades sociais de eventos discursivos como instâncias de prática social.

Segundo, seria necessário um método de análise *multifuncional*. E aqui, Fairclough sugere, como um bom ponto de partida, a teoria sistêmica da linguagem (Halliday, 1994), que considera a linguagem como sendo multifuncional e, nesse contexto, os textos representam a realidade, ordenam as relações sociais e estabelecem identidades, simultaneamente.

Terceiro, seria necessário um método de análise *histórica*, devendo focalizar as configurações totais de práticas discursivas em instituições particulares, ou mesmo em toda uma sociedade.

Quarto, seria necessário um método *crítico*, mostrando conexões e causas ocultas e implicando também a intervenção – por exemplo, fornecendo recursos por meio da mudança para aqueles que possam encontrar-se em desvantagem. As relações entre a mudança discursiva, social e cultural nem sempre são transparentes para as pessoas envolvidas.

1.3.1 Linguística Crítica

A linguística crítica é uma abordagem que foi desenvolvida por um grupo da Universidade de East Anglia na década de 1970 (Fowler et al., 1979; Kress e Hodge, 1979). Eles tentaram casar um método de análise linguística textual com uma teoria social da linguagem em processos políticos e ideológicos, recorrendo à proposta teórico-metodológica da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1978, 1985).

A posição padrão dos estudiosos da mídia considera o jornal como sendo um construto que deve ser entendido em termos sociais e semióticos. Todos reconhecem a importância da língua nesse processo de construção, mas na prática, segundo Fowler (1991), a língua recebe um tratamento relativamente pequeno. Por isso, é seu objetivo dar à língua a devida importância, não somente como um instrumento de análise, mas também como um modo de expressar uma teoria geral da representação.

O ponto teórico principal na análise de Fowler é de que *qualquer* aspecto da estrutura linguística carrega significação ideológica - seleção lexical, opção sintática, etc. – todos têm sua razão de ser. Há sempre modos diferentes de dizer a mesma coisa, e esses modos não são alternativas acidentais. Diferenças em expressão trazem distinções ideológicas (e assim diferenças de representação).

Para Fowler, na medida em que há, sempre, valores implicados no uso da língua, deve ser justificável praticar um tipo de linguística direcionada para a compreensão de tais valores. Esse é o ramo que se tornou conhecido como linguística crítica.

1.4 Ironia, a linguagem da dissensão

Ironia é uma palavra de origem grega “*eironeia*”, que quer dizer disfarçar, mascarar. Pode significar também chacota, zombaria, deboche, escárnio e sarcasmo. A noção de ironia tem contribuído para superar o fato observado por alguns linguistas de que a dissensão social é em geral articulada por meios muito semelhantes à linguagem dominante. Daí a dificuldade fundamental de achar uma nova linguagem para expressar a dissensão social. É aqui que a ironia se faz presente.

O que dá à ironia seu potencial subversivo, explica El Refaie (2005), é o fato de que, enquanto um comentário irônico pode também estar intimamente relacionado a formas dominantes de falar sobre algum evento, ele simultaneamente vai além e subverte as próprias atitudes e opiniões que cita. A ironia pode, assim, encorajar os leitores a se conscientizarem e avaliarem o que seria, de outro modo, aceito sem questionamento: assim, essa consciência não precisa inventar uma linguagem de dissensão completamente nova.

Clift (1999, p. 523) adota a distinção de Goffman (1974) entre "animador", a pessoa que articula um enunciado, seu "autor", a pessoa que o compõe, e seu "principal", aquele que está comprometido com a proposição expressa no enunciado. A ironia, ela diz, emerge da manipulação deliberada dessas distinções – uma “mudança de *footing*” – pelo ironizador.

Sinalizando um *frame*¹ distante sobre o que é expresso, torna-se possível tanto afirmar quanto negar o que está no enquadre, continua Clift. A ironia, assim como o humor, apresenta-nos uma perspectiva dupla que invoca simultaneamente tanto o que é, quanto o que poderia ou deveria ser.

A meta do enquadre irônico de um significado é, geralmente, a entrega de uma avaliação implícita e um convite ao interlocutor para compartilhar da perspectiva do ironizador. Isso torna a ironia especialmente adequada para a tarefa de expressar a crítica, embora a avaliação implícita possa ser mais complicada e multinivelada do que uma pura desaprovação. Contudo, se não for identificada pelo receptor, a ironia simplesmente não é irônica. Como Booth (1974, p.13) mostra, o que é surpreendente na ironia “não é que ela deveria ser malsucedida como frequentemente acontece, mas que ela deveria ser sempre bem-sucedida”.

1.5 Persuasão

Numerosas situações de comunicação têm como finalidade conseguir que uma pessoa, um auditório, um público, adotem determinado comportamento ou que eles compartilhem de uma opinião. Encontram-se frequentemente essas situações na vida

¹ Minsky (1977, pp. 355): *frame* pode ser considerado uma representação mental do nosso conhecimento de mundo, uma estrutura de dados que está localizada na memória humana e pode ser selecionada ou recuperada quando necessária

cotidiana, tanto no plano da vida privada quanto da vida profissional, como, por exemplo, no contexto de uma negociação. Os meios utilizados para persuadir são extremamente variados. Eles colocam em ação procedimentos complexos que utilizam toda a riqueza dos comportamentos humanos.

Poggy (2005) apresenta um modelo de persuasão em termos de metas e crenças. Ela vê a persuasão como um meio de influenciar uma pessoa, isto é, de gerar novas metas ou ativar metas antigas, por meio do recurso da meta comunicativa de fisgamento, especialmente através da convicção: A persuade B quando A, por meio da comunicação, consegue que B persiga uma meta MA (meta de A) proposta por A. A assim faz levando B a acreditar que MA é uma submeta da meta de MB. A fim de persuadir B, A pode usar três diferentes estratégias: *logos* – argumentando que MA é útil para MB; *ethos* – aparentando ser confiável a B; e *pathos* – fazendo B sentir emoções que desencadeiam MA ou antecipando emoções que seriam sentidas aceitando MA. Ela argumenta que essas estratégias estão em geral ativas em discursos persuasivos verbais ou não-verbais, e mostra como, em termos de hierarquia de metas, uma análise de diferentes tipos de atos persuasivos – discursos políticos, propaganda, diálogos – esclarecem a relação entre as metas do persuasor e do persuadido e elucida quão tanto e como o persuasor recorre a *logo*, *ethos* e *pathos* em seu discurso.

Por outro lado, “O resultado de uma persuasão retórica é que os participantes devem ser convencidos de que não foram convencidos” (LATOURET; WOOLGAR, 1979, p. 240). Segue-se que a persuasão tende a ser altamente implícita e a evitar a linguagem atitudinal normalmente associada ao significado interpessoal, dependendo em grande parte, por exemplo, do sistema de valores partilhados (HALLIDAY, 1985).

A persuasão, segundo Kitis e Milapides (1997), é um hiperprocesso que abriga a convicção e a sedução numa relação de espécie-para-gênero. A convicção envolve uma lista de passos argumentativos que – espera-se – deverão ser aceitos pelo interlocutor. Mas, frequentemente, a persuasão cerceia a participação cognitiva do leitor no processo de aceitar a perspectiva do autor e, nesses casos, podemos falar de “sedução” em vez de convicção. Sornig (1988, p. 97) nota que

enquanto os mecanismos de convencimento e de convicção trabalham obviamente ao longo de linhas cognitivo-argumentativas, a sedução, em lugar de se apoiar na verdade dos argumentos, explora a aparência externa e a aparente confiabilidade daquele que persuade.

Pode-se conjecturar que os mecanismos de sedução na relação entre persuasor e sua “vítima” ou “cúmplice” sejam identificáveis tanto no nível do texto, quanto implícitas no nível do subtexto. Os mecanismos de sedução atuam no nível de suposições inferidas ou ativadas para tornar coerente o texto ou, em outras palavras, não só se está lidando com escolhas linguísticas feitas no texto, mas também com um tipo de suposição que apoia aspectos da coerência.

Da mesma forma, expressa-se Breton (2003), para quem a sedução sempre constituiu um dos meios poderosos para realizar a persuasão, podendo tomar formas variadas que embelezam o discurso tornando-o agradável, como o uso de figuras de estilo.

Em sua função de fazer o interlocutor alinhar-se com uma determinada opinião ou ponto de vista, a persuasão apoia-se na argumentação que por sua vez apoia-se em diversos recursos.

1.6 Argumentação

A argumentação pertence à família das ações humanas que têm como objetivo persuadir. A definição da argumentação que foi adotada por Breton (2003) coloca seu estudo radicalmente no campo das chamadas ciências da comunicação. Segundo o autor, essa disciplina, ou melhor, essa "interdisciplina", trata de tudo o que está relacionado com a formatação e o transporte de mensagens, bem como o significado social de tais processos.

Essa inscrição da argumentação e de seu estudo sistemático no campo das ciências da comunicação não é evidente, se considerarmos a juventude de uma disciplina que procura ainda suas referências, continua Breton. Ainda que numerosos trabalhos tenham sido consagrados aos mecanismos argumentativos desde a antiguidade, é relativamente moderno que os consideremos como dependentes de uma análise em termos de comunicação.

O estudo da argumentação, como parte da antiga "retórica", foi feito durante muito tempo por filósofos por um lado, e por especialistas literários da linguagem, por outro lado. Os filósofos sempre tiveram uma atitude ambígua com respeito à

argumentação, questionando tradicionalmente se a argumentação contém procedimentos que permitem chegar à verdade ou provar a falsidade. Sua rejeição, sobretudo a rejeição de Descartes e de toda uma tradição racionalista que se inspira nele, vem da resposta negativa a essa questão.

Em uma perspectiva de comunicação, Breton fica indiferente a essa questão: pouco importa que a mensagem seja falsa ou verdadeira, pois, fundamentalmente, consideraremos que se trata, na maior parte dos casos, de opiniões que são argumentadas e não de verdades ou de erros.

Além dos filósofos, os literatos se preocupam há algum tempo com a argumentação. Na França, são eles, aliás, que têm a missão de ensiná-la nos ciclos secundários. E eles o fazem geralmente com o peso do embaraço causado pela ambiguidade que certos programas escolares provocam ao reduzir a argumentação ao estudo de algumas figuras de estilo. Argumentar, numa perspectiva literária, reduz-se finalmente a uma apresentação estética que faz mais uso da sedução do belo do que do raciocínio rigoroso.

Os linguistas, por sua vez, desenvolveram várias teorias sobre a dimensão argumentativa contida na língua. Mas suas interrogações, por mais ricas e apaixonantes que sejam, são mais voltadas para uma pesquisa sobre a língua em geral do que sobre as situações de comunicação provocadas pela divergência de opiniões. Seus trabalhos são, no entanto, os que mais se aproximam da problemática das ciências de comunicação, segundo esse ponto de vista.

Argumentação é uma prática discursiva essencialmente dialógica: reivindicação e desafio, reivindicação e contra-reivindicação são prototipicamente realizados de forma dialógica, explica Lauerbach (2007). Portanto, são sequências de pergunta-resposta que subjazem à lógica do argumento cotidiano, segundo Toulmin (2006). O autor propõe as seguintes categorias teóricas de uma argumentação: *reivindicação, dados, garantia, apoio, qualificação e condições de refutação*, potencialmente sujeitas ao desafio com respeito ao seu apoio ou à sua validade. Deve-se, assim, avaliar a veracidade das afirmações do falante, aplicando-se essa sequência, pela qual se verifica a garantia oferecida para os dados apresentados como apoio à reivindicação. A sequência hipotética de movimentos dialógicos mostrados a seguir foi reconstruída por Lauerbach a partir da exposição do modelo de Toulmin (cf. Toulmin, 2006, p. 94-107):

- (a) *Reivindicação*: asserção pela qual nos comprometemos. [e.g. Tom é cidadão britânico.]
- (b) *Dados*: fatos que oferecemos para apoiar a reivindicação. [Ele nasceu nas Ilhas Bermudas.]
- (c) *Garantias*: registro, implícito, da legitimidade do passo envolvido para passar dos Dados para a Reivindicação (TOULMIN, 2006, p. 143). [Há uma lei que garante essa reivindicação.]
- (d) *Qualificação*: inserção de um qualificador. [Ele é certamente um cidadão britânico.]
- (e) *Refutação*: circunstâncias nas quais não se aceita a autoridade geral da garantia. [Mas seus pais não são cidadãos britânicos.]
- (f) *Apoio*: afirmações categóricas que são expressas quando refutador não aceita validade da Garantia. [A afirmação de que os estatutos sobre a nacionalidade britânica foram de fato transformados em lei.] (TOULMIN, 2006, p. 153).

1.6.1 Meios para persuadir

Um desses procedimentos persuasivos é a manipulação. A manipulação é, segundo Van Dijk (1985), uma das práticas sociais discursivas de grupos dominantes equipados para a reprodução do poder, realizados de várias maneiras, por meio de: persuasão; informação, educação, instrução e outras práticas sociais que objetivam influenciar o conhecimento, crenças e (indiretamente) as ações dos receptores. Algumas dessas práticas, nota o autor, podem ser legítimas, como a informação proporcionada por jornalistas e professores para suas audiências.

Pode-se persuadir com a ajuda de métodos mais suaves, como acontece com a sedução, a persuasão por meio da emoção. Esse recurso é frequentemente usado para levar o outro, ou até públicos inteiros, a compartilhar determinado ponto de vista, sendo muito utilizado por políticos durante sua vida pública, eles se utilizam desse artifício estabelecendo uma relação quase carnal com seus eleitores.

Nesse contexto, Lauerbach (2007) apresenta dois conceitos que interessam ao processo de persuasão: (a) o conceito de entimema, ou premissa implícita de um argumento; (b) o conceito de falácia ou raciocínio falho.

Entimema: O entimema é um silogismo abreviado, um argumento incompleto ao qual a audiência provê inconscientemente a premissa que falta. O construto teórico do entimema permite ao crítico examinar a interação entre um falante, um texto e uma audiência. “Na criação e na resposta a entimemas, falante e audiência revelam suas crenças e valores não-declarados, revelam sua ideologia ou ‘filosofia implícita’ sobre

a natureza da realidade, a natureza de sua comunidade e a concepção das relações sociais apropriadas” (GILI; WHEDBEE, 1997, p. 171-172, apud LAUERBACH, 2007). A premissa implícita é frequentemente expressa linguisticamente na forma condensada via conjunções que expressam contraste, causalidade, condicionalidade, concessão, comparação ou graduação (e.g. “Ele é pobre, mas é limpinho”, que subentende “Todo pobre é sujo”).

Falácia: O outro conceito promissor para a análise do discurso é o conceito de falácia ou raciocínio falho. É difícil chegar a uma lista definitiva e completa de falácias típicas, mas Bardone e Magnani (2010) concentram-se em 3 delas: (i) *argumentum ad hominem* (argumento contra a pessoa), (ii) *argumentum ad verecundiam* (apelo à autoridade), (iii) *argumentum ad populum* (apelo à popularidade ou por estar na moda). Essas três falácias são consideradas como exemplos de uma categoria mais ampla chamada *ignoratio elenchi* (WALTON, 2004 apud BARDONE; MAGNANI, 2010) e empregam um padrão geral de raciocínio baseado na introdução de alguma irrelevância que não se referem ao assunto em discussão.

Além desses conceitos, há outros que contribuem no processo persuasivo do interlocutor. São eles:

Manipulação: Para cada evento comunicativo, segundo van Dijk (1999), é necessário deixar claro o modo como os interesses de cada parte é tratado pelo discurso manipulativo. Assim, se a comunicação de massa fornece informação incompleta ou tendenciosa sobre um político durante a campanha eleitoral para influenciar os votos dos leitores, teríamos um caso de manipulação, se pressupusermos que os leitores tenham o direito de ser propriamente informados sobre os candidatos de uma eleição. Vemos que processos cognitivos de manipulação supõem que a memória de longo tempo, não só estoca experiências pessoais interpretadas subjetivamente, mas também crenças estáveis, gerais e socialmente compartilhadas, chamadas de “representações sociais” (AUGOUSTINOS; WALKER, 1995; MOSCOVICI 2001, apud van DIJK, 1999).

Essas representações sociais são adquiridas gradualmente através da vida e, embora elas possam mudar, não mudam de noite para o dia, influenciando na formação e na ativação de modelos mentais pessoais dos membros de um grupo. Assim, a interpretação de um evento – por exemplo, o ataque dirigido pelos EUA contra o Iraque – por um pacifista será diferente da de um militar.

Os oponentes e os dissidentes podem ser desacreditados, recorrendo-se à polarização Nós/Eles. Cada feição do discurso da manipulação precisa ser examinada de maneira minuciosa para verificar o modo como é formulada, como funciona no texto e como realiza as funções e os efeitos contextuais.

Política do Apito do Cão: Vejamos um exemplo de *token* de atitude, ou seja, de avaliação implícita, num trecho de artigo publicado no *The Sun* (01/05/04):

Setenta e um LETONESES sorriam enquanto embarcavam num ônibus de dois andares, na capital Riga, para uma viagem de 24 horas para o ocidente.

Nesse exemplo, de Coffin e O'Halloran (2006), nenhum termo indica que o seu conteúdo seja avaliado de modo negativo; porém, se considerarmos que o artigo foi escrito para uma Inglaterra, que não via com bons olhos hordas de europeus orientais, entrando em seu país para competir no mercado de trabalho, aceitando baixos salários, então veremos que as escolhas lexicogramaticais que compõem o texto têm avaliatividade de apreciação social negativa.

É o que as autoras chamam de “política do apito do cão” (*dog whistle politics*), frase cunhada recentemente para capturar uma forma de avaliação implícita, que se refere ao uso de significados aparentemente neutros, mas que serão “escutados/entendidos” como uma mensagem negativa (ou positiva, dependendo do contexto) apenas pela comunidade alvo (MANNING, 2004 apud COFFIN; O'HALLORAN, 2006). A expressão inclui o “apito do cão”, cujo som é ouvido apenas por cães, devido a elevada frequência desse objeto. Esse recurso tem alta incidência na comunicação política, segundo as autoras.

Mundo Textual: Cabe aqui a menção do conceito de “mundo textual”, tal como apresentado por Semino (1997, p.1) que o defende assim: “Quando lemos, inferimos ativamente um mundo textual “atrás” do texto. Por mundo textual, o autor se refere ao contexto, ao cenário ou tipo de realidade que, evocado em nossas mentes durante a leitura, e que é referido pelo texto.” O mundo textual não é uma entidade fixa que é percebida da mesma maneira pelos leitores; de fato, nem há garantia de que os receptores construirão o mundo textual pretendido pelo produtor.

Legitimização no Discurso: Reyes (2011) explica que do latim *legitimus* (legal), a palavra “legitimização” relaciona-se com *lex/legis* (lei, acordo). Hoje, a palavra é também usada fora do jargão legal e em geral envolve a semântica de “justificação”.

Em teoria e origem, “legitimização” (doravante, LEG) significa tornar algo legal ou legalizado. A LEG relaciona-se a um objetivo, que, na maioria dos casos, é a procura de apoio e de aprovação do interlocutor.

Para tratar da relação entre práticas sociais e discurso, Reyes (2011) enfoca as escolhas linguísticas usadas na mensagem. Ele aplica os instrumentos metodológicos da Linguística Sistêmico-Funcional para analisar as representações linguísticas da LEG no discurso. Reyes propõe as seguintes legitimizações:

LEG através de emoções - O apelo às emoções permite aos atores sociais enviar a opinião de seu interlocutor ou audiência sobre um determinado assunto. A representação negativa de atores sociais e a atribuição de qualidades negativas a personalidades ou suas ações permitem aos falantes criar dois lados de uma estória/evento, em que o falante e a audiência estão no “grupo-nós” e os atores sociais descritos negativamente constituem o “grupo-eles”. (VAN LEEUWEN; WODAK, 1999, p. 2).

LEG através de futuro hipotético - Colocar uma ameaça no futuro que requeira uma ação iminente no presente é outra estratégia expressa no discurso político (DUNMIRE, 2007). Os atores políticos exercem seu poder falando do futuro com o emprego de escolhas e estruturas linguísticas específicas, tais como sentenças condicionais do tipo: “Se você fosse (prótase) → eu iria [apódose]”, ou “Se você for [prótase] → eu irei [apódose]”, a ordem da prótase e da apódose sendo intercambiáveis como no exemplo “este perigo só crescerá se.. o terrorista puder operar com impunidade”

LEG através de racionalidade hipotética – A LEG é colocada em prática quando os atores políticos apresentam o processo da LEG como um processo em que as decisões seriam resultado de um procedimento examinado, avaliado e pensado. Conseqüentemente, essa estratégia de LEG é articulada linguisticamente por orações como “Após consultas com nossos aliados”, ou verbos denotando processos mentais e verbais (THOMPSON, 2004) como “explorar” e “consultar”.

LEG através das vozes de experts – As vozes de *experts* são colocadas no discurso para mostrar à audiência que especialistas em determinados campos estão apoiando as propostas políticas com suas sábias declarações. Essa LEG refere-se à “autorização” (VAN LEEUWEN, 2007) que o falante traz para o contexto imediato da

fala corrente para fortalecer sua posição.

LEG através do Altruísmo – Os falantes públicos, em particular, e atores sociais, em geral, garantem que suas propostas não representam interesses pessoais. Eles se apresentam, por exemplo, como estando a serviço dos eleitores, assim legitimando as propostas como um bem comum que melhorarão as condições de uma da comunidade. “Ações e políticas institucionais são tipicamente descritas como benéficas para o grupo ou para a sociedade como um todo” (MARTIN ROJO; VAN DIJK, 1997, p. 528).

Implicatura, Pressuposição e Topicalização: Valluari e Masia (2014) afirmam que a implicitude, além de ser um traço indispensável da língua – cuja primeira função é econômica por natureza – também desempenha um papel importante na comunicação persuasiva. Os conteúdos são expressos de modo implícito principalmente por meio de *implicaturas*, enquanto a responsabilidade do falante é conservada implícita principalmente por meio da *pressuposição* e da *topicalização*. Esses dois fatores – pressuposição e topicalização. Tanto nas implicaturas, quanto nas pressuposições, parte da mensagem permanece implícita. No caso das implicaturas, é o próprio conteúdo da mensagem que não é expresso; no caso da pressuposição, o que permanece implícito não é o conteúdo nocional da mensagem, mas a responsabilidade (o endosso, pelo falante, da responsabilidade pela sua verdade).

Assim, enquanto as implicaturas “contêm” (mas escondem) o conteúdo a ser considerado como verdadeiro, as pressuposições contêm, mas escondem o próprio ato de propô-lo como verdadeiro. Esse fato é mais efetivo para o propósito de persuadir alguém sobre certo conteúdo, porque ele dá a aparência de que o falante não se compromete a transferir esse conteúdo (porque já é do conhecimento do leitor). Na verdade, se uma informação é apropriadamente apresentada como pressuposta o ouvinte prestará *menos atenção ao seu conteúdo*, por que ele vem com um “aviso” de que ele não precisa de um exame mais atento, já que é conhecido por ele. Essa é a essência da pressuposição de um conteúdo: *instruir o ouvinte a prestar menos atenção a ele*, porque não há necessidade de mais para entender a mensagem.

Atribuindo o status de *tópico* a certo conteúdo é um procedimento semelhante em que ele sugere que o falante o considera já (atualmente) ativo na memória de curto termo do interlocutor pois ele acabou de ser apresentado pelo discurso antecedente.

Contrabando de Informação: Uma proposta que, em geral, acompanha os três recursos acima citados é a do “contrabando de informação” (LUCHJENBROERS, 1993, 1997a apud LUCHJENBROERS; ALDRIDGE, 2007), que ocorre quando a uma informação negativa é sub-repticiamente inserida na declaração do interlocutor, como acontece no exemplo de Luchjenbroers e Aldridge (2007): “Ele lhe falou sobre como você gostava de atirar em patos?”. A escolha lexical de “atirar” (em patos) desencadeia nos ouvintes um *frame* em que se encontram fatos avaliados negativamente por força do mito cultural. A propósito, *frames* são representações conceituais da experiência que definem uma situação (na memória) e fornecem a estrutura de um evento que nos permite compreender como as partes se encaixam no todo; como um evento se desenrola; e prever o que virá a seguir (Ribeiro; Hoyle, 1996, apud Luchjenbroers; Aldridge, 2007)). Assim, uma vez que um *frame* é acessado, todas as informações relevantes associadas àquele *frame* bem como traços contextuais adicionais ficam imediatamente disponíveis para inferências suplementares.

A seguir, apresento as teorias que orientam a análise do discurso de Michel Temer no primeiro discurso como presidente interino do Brasil.

Quadro 5 - As Teorias que ancoram a análise

Análise do discurso crítica
Linguística Sistêmico-Funcional Avaliatividade
Persuasão e Argumentação Ironia: a linguagem da dissensão
Recursos retóricos Entimema Falácia Manipulação Política do Apito do Cão Mundo Textual Legitimização Pressuposição, Implicatura e Topicalização Contrabando de Informação Intersubjetividade

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso, uma pesquisa que examina uma unidade, segundo Holloway (1997), cujos limites são esclarecidos em termos de resposta a perguntas feitas, de fontes de dados usadas, e do contexto envolvido. A pesquisa tem o apoio da Linguística Sistêmico-Funcional, uma proposta teórico-metodológica de Halliday (1994, 2004), que possibilita relacionar as escolhas lexicogramaticais do texto à estrutura da ideologia e das relações de poder do discurso.

A metodologia em que apoio a análise decorre da proposta teórico-metodológica da LSF, apontada como a mais adequada para esse tipo de análise (FOWLER, 1991; CHARTERIS-BLACK, 2004; FAIRCLOUGH, 1992), ou seja, crítico, e nela enfoco, em especial, a persuasão por meio da avaliatividade, que se inclui na metafunção interpessoal da LSF.

A escolha da metodologia liga-se ao fato do contato que tive, após minha graduação em Jornalismo, com estudiosos que se dedicavam aos estudos funcionalistas, em que o foco da pesquisa se centrava, não na estrutura linguística, mas na função comunicativa a que essa estrutura serve. O funcionalismo pode ser subdividido em várias escolas e teorias, além da Escola de Praga, passando pela de Genebra, Londres, Holanda, a Escola Funcionalista norte-americana, os estudos de mudança linguística e crioulística, os estudos etno-sociolinguísticos e, por fim, a filosofia da linguagem.

A vertente funcionalista da Escola de Londres tem como seu principal representante Michael K. Halliday, cuja perspectiva conhecida como Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) baseia-se na concepção de língua enquanto fenômeno primordialmente social, sendo internalizada pelos falantes em um processo de desenvolvimento de necessidades e restrições comunicativas, biológicas, psicológicas e contextuais.

2.1 Dados

A pesquisa analisa o primeiro discurso do presidente da República, Michel Temer, ocorrido durante cerimônia de posse dos novos ministros de Estado, no

Palácio do Planalto, no dia 12 de Maio de 2016, em Brasília, após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff e, como vice presidente, Temer assume o governo. O discurso tem duração de 28 min e 12s e está disponível no site na Biblioteca da Presidência da República.² O discurso na íntegra está inserido no Anexo A.

2.2 Procedimento de Análise

Visando responder às perguntas desta pesquisa: (a) de que recursos se vale a persuasão nos discursos de Michel Temer? (b) que escolhas lexicogramaticais, na microestrutura dos discursos, realizam, na macroestrutura, a persuasão? procederei da seguinte maneira:

- Durante a análise separamos alguns trechos do discurso que consideramos mais representativos para a análise sob a ótica das teorias trabalhadas na LSF e apresentadas nessa dissertação. Esses trechos selecionados serão colocados em quadros onde analisamos da seguinte forma:
 - Logo abaixo do texto, é feita a análise da transitividade (metafunção ideacional).
 - A seguir, na linha seguinte, é feita a análise da modalidade e da avaliatividade (da metafunção interpessoal), envolvendo os *tokens* de atitude, a avaliação implícita, que depende de contexto.
 - Cada trecho analisado é seguido pela Discussão, em que focalizamos os recursos utilizados para fins persuasivos.
 - Optou-se nesse momento, devido à extensão do texto, por uma análise de parte do discurso, uma vez que já se tornou representativo do que se queria investigar e também por se constatar uma repetição dos processos. A parte não analisada permanece no texto sob a forma de cotexto em tipo Arial 10.

² Acesso pelo endereço virtual: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michael-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discorso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-palacio-do-planalto>.

Para facilitar o acompanhamento da análise, siga a seguinte codificação:

- CAIXA ALTA – indicação do Processo
- Sublinhado – Participantes e Circunstâncias
- **Negrito** – análise da Avaliatividade e da Modalidade
- (+) ou (-) se a Avaliatividade for positiva ou negativa, respectivamente.
- (↑) ou (↓) se a Avaliatividade for intensificada ou diminuída

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Análise e Discussão do Discurso de Posse do Presidente Michel Temer

DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE MICHEL TEMER

Cotexto: Olhe, meus amigos, eu quero cumprimentar todos os ministros empossados, os senhores governadores, senhoras e senhores parlamentares, familiares, amigos, senhoras e senhores.

“Eu PRETENDIA Pr.Mental	que esta cerimônia	FOSSE Pr. Relacional	extremamente
Graduação (↑)			
sóbria e discreta,	como CONVÉM Pr. Relacional	ao momento que	vivemos.
Apreciação (-) <i>Token</i>		Avaliação Social (-)	
Entretanto, eu VEJO Pr.Mental	o entusiasmo	dos colegas parlamentares, dos senhores	Fenômeno
Apreciação (+)			
<u>governadores,</u>	e tenho absoluta CONVICÇÃO	de que este entusiasmo deriva,	Pr. Relacional
Graduação (↑)			
precisamente, <u>da longa</u>	convivência	que nós todos tivemos <u>ao longo do tempo.</u>	Circunstância
Apreciação (+)	Circunstância		Circunstância
Graduação (↑)			
Apreciação (+)		Apreciação (+)	
Até PENSEI, Pr. Mental	<u>num primeiro momento,</u>	que não lançaria	nenhuma mensagem
Apreciação (+)			
neste momento. Mas PERCEBI, pelos contatos que tive nestes dois últimos dias,			
Pr.Mental			
Julgamento (+)			

que indispensável	SERIA	<u>esta manifestação.</u>
Atributo	Pr. Relacional	Portador

Discussão: Valluari e Masia (2014) propõem a noção de *implicatura*, pela qual o conteúdo da mensagem deixa de ser expresso total ou parcialmente. Dependendo do conhecimento de mundo do ouvinte (o *frame*), esse conteúdo pode ou não ser recuperado.

Temer tem o cuidado de dizer que preferiria uma “cerimônia extremamente sóbria e discreta”, que, pelo processo da implicatura – omitir informação – poderia significar que assim faria em um contexto em que nem todos estariam satisfeitos com sua indicação para a presidência da República. Na expressão “no momento em que vivemos”, Temer poderia estar inserindo um *contrabando de informação*, quando uma escolha linguística provoca no frame do interlocutor uma série de fatos a ela ligada, no caso, a questão do impeachment de Dilma, quando se esperou que Temer tivesse o mesmo destino.

Ele recorre também ao processo da *pressuposição* – colocando na voz de “colegas parlamentares” e “governadores”, com quem desfruta de “longa convivência”, bem como de “contatos nos últimos dias” –, que lhe teria transmitido um grande entusiasmo em relação à sua posse, que, desse modo, ter-lhe-iam obrigado a mudar o rumo de seu discurso. Desse modo, pavimentando sua trajetória não somente com uma fala que transmite seu conhecimento da difícil realidade do momento, bem como do apoio que teria chegado de seus colegas, recursos retóricos que Temer utiliza para persuadir o auditório para que aceite sua fala.

COTEXTO: E minha primeira palavra ao povo brasileiro é a palavra confiança.

Confiança nos <u>valores</u> que FORMAM	<u>o caráter de nossa gente,</u>
Avaliação Social (+)	Avaliação Social (+)
<u>na vitalidade da nossa democracia;</u>	<u>confiança na recuperação da economia</u>
Avaliação Social (+)	Avaliação Social (+)

nacional, nos potenciais do nosso país, em suas instituições sociais e políticas e na Circunstância		
capacidade de que, unidos , poderemos ENFRENTAR os desafios deste		
Atributo	Pr. Material	Meta
Avaliação Social (+)	Avaliação Social (+)	Avaliação Social (-)
momento que É de grande dificuldade .		
Meta	Pr. Relacional	
Avaliação Social (-) ↑		
Reitero, como tenho dito ao longo do tempo , que É urgente PACIFICAR		
	Pr. Relacional	Atributo Pr. Material
Avaliação Social (+) Graduação (↑)		
a nação e UNIFICAR o Brasil. É urgente FAZERMOS um governo de salvação		
Pr. Material	Atributo	Pr. Material
Avaliação Social (+)	Graduação (↑)	Avaliação Social (+)
nacional. <u>Partidos políticos, lideranças e entidades organizadas e o povo brasileiro</u>		
Ator		
não de EMPRESTAR <u>sua colaboração</u> para TIRAR o país <u>dessa grave crise</u>		
Pr. Material	Meta	Pr. Material Circunstância
Avaliação Social (+) Avaliação Social (-) Graduação (↑)		
em que nos encontramos. O diálogo é o primeiro passo para ENFRENTARMOS		
Pr. Material		
Avaliação Social (+)		
<u>os desafios</u> para AVANÇAR e GARANTIR <u>a retomada do crescimento</u> .		
Meta	Pr. Material	Meta
Avaliação Social (+)		
<u>Ninguém, absolutamente ninguém</u> , individualmente, TEM as melhores receitas		
Portador	Pr. Relacional	
Avaliação Social (+) (↑)		

para as reformas que precisamos REALIZAR. Mas nós, governo, Parlamento e Pr. Material
sociedade, juntos, vamos ENCONTRÁ-las. Pr. Material

Discussão: Confiança é a palavra de ordem de Temer. Confiança nos valores que formam o caráter do povo brasileiro, na vitalidade da nossa democracia. E, com essa confiança, Temer espera vencer as grandes dificuldades que o País atravessa. É necessário unir forças para recuperar não só a economia, que hoje enfrenta desafios, mas também as instituições sociais e políticas. Por meio de avaliatividade de *Avaliação Social positiva*, as escolhas lexicais de Temer tentam a persuasão por meio da sedução, traçando um cenário com o apoio da futuridade hipotética, desejável, mas sem garantia.

Nesse ponto, a menção de grave crise em que se encontra o País, traz à cena – pelo processo do contrabando de informação – *implicando* – portanto, sem mencionar explicitamente, uma crítica ao governo de Dilma Rousseff, que teria causado a situação de grave crise que se encontra o Brasil.

Notemos que, em seu discurso, Temer insiste em conclamar o povo, os partidos políticos, as lideranças e entidades organizadas para a obra que seu governo inicia, deixando claro que precisa da união de todos para o sucesso de qualquer empreitada.

COTEXTO: Eu conservo a absoluta convicção de que é preciso resgatar a credibilidade do Brasil no concerto interno e no concerto internacional, fator necessário para que

<u>empresários dos setores industriais, de serviços, do agronegócio, e os</u> Experenciador
Avaliação Social (+)
<u>trabalhadores, enfim, de todas as áreas produtivas</u> se ENTUSIASMEM e Experenciador Mental
Afeto (+)
RETOMEM, <u>em segurança, com seus investimentos.</u> Material Circunstância Meta
Avaliação Social (+)

Discussão: O discurso inicia-se com a *legitimização* (REYES, 2011) por meio da emoção, clamando as pessoas para o trabalho conjunto – governo e povo – que se inicia. As *avaliatividades* são todas positivas e, assim, criam um clima de otimismo

COTEXTO: Teremos que incentivar, de maneira significativa, as parcerias público-privadas, na medida em que esse instrumento poderá gerar emprego no País. Sabemos que o Estado não pode tudo fazer. Depende da atuação dos setores produtivos: empregadores, de um lado, e trabalhadores de outro. São esses dois polos que irão criar a nossa prosperidade.

<u>Ao Estado</u> compete – vou	DIZER, aqui, o óbvio -, compete	CUIDAR
Ator	Pr. VERBAL	Pr. Material
Avaliação Social (-) <i>Token</i>		Mod. Obrigação
(= O Estado deve cuidar ...)		
<u>da segurança, da saúde, da educação, ou seja, dos espaços</u>		
Meta		
<u>e setores fundamentais</u>	que (eles) não podem	SAIR <u>da órbita pública.</u>
Meta		Material Circunstância
Mod. Probabilidade		
<u>O restante</u>	terá que ser	COMPARTILHADO
Meta	(=deverá)	Pr. Material
Mod. Obrigação		Avaliação Social (-) <i>Token</i>
com a iniciativa privada, aqui [deve ser]		
(voz passiva) ENTENDIDA como		
Pr. Mental		
<u>a conjugação de ação entre trabalhadores e empregadores.</u>		
Fenômeno		
Avaliação Social (-) <i>Token</i>		

Discussão: No caso do trecho analisado, o presidente Temer, ao mesmo tempo em que conclama o povo – trabalhadores e empregadores, setores da ordem pública e iniciativa privada – tem o cuidado de deixar claro que o sucesso de seu governo não depende dele somente. Palavras como “união”, “confiança” são

recursos para conchamar todos os brasileiros a implantação de um governo de sucesso.

A expressão “vou dizer, aqui, o óbvio”, antecipa, pelo processo da *intersubjetividade* trazendo para o texto uma possível intervenção mental do interlocutor. E, assim, Temer abre caminho para repetir o que todos já sabem, acréscimos que, sem dúvida, aumentam o tom persuasivo de sua fala.

Alguns itens foram marcados como sendo *tokens*, já que soam negativos no contexto em que aparecem, no sentido de que “compartilhado com a iniciativa pública” ou “conjugação de ação entre trabalhadores e empregadores” poderiam ser sentidos como a omissão do governo nesses setores.

O emprego, Portador	SABEMOS Pr. MENTAL	<u>todos,</u> Experienciador	É Pr.Relacional	<u>um bem fundamental</u> Atributo
				Avaliação Social (+) Graduação (↑)
<hr/>				
<u>para os brasileiros.</u> Beneficiário	O cidadão, Portador	entretanto,	só	TERÁ Pr. Relacional
Avaliação Social (+) Graduação (↑)				
<hr/>				
emprego, Atributo	se	<u>a indústria o comércio e as atividades de serviço,</u> Ator		
Futuro hipotético		Avaliação Social (-) <i>Token</i>		
<hr/>				
estiverem	<u>todas</u> (Ator)	CAMINHANDO Pr. Material	<u>bem.</u> Circunstância	
<hr/>				

Discussão: Temer inicia esse trecho, falando de um bem fundamental a todos: o emprego, investido por *Avaliação Social positiva*. Para mostrar que sabe que esse fato é do conhecimento da audiência, ele, num processo *intersubjetivo*, verbaliza o que o interlocutor pode ter em mente, dizendo “sabemos todos”. Esse recurso pelo qual passa a dialogar com o ouvinte aproxima-o do auditório com o que pode conseguir a receptividade do que propõe a seguir.

Porém, novamente no cuidado que tem de deixar claro que tudo depende da colaboração de todos, utiliza-se do recurso do futuro hipotético, “se todos caminharem bem”, todos terão emprego. O presidente não promete nada, mas *implica* que deixa a cargo do povo a missão de conseguir um futuro melhor.

COTEXTO: De outro lado, um projeto que garanta a empregabilidade, exige a aplicação e a consolidação de projetos sociais. Por sabermos todos, que o Brasil lamentavelmente ainda é um País pobre.

Portanto,	REAFIRMO, e o	FAÇO	em letras garrafais:			
	Pr. Verbal	Pr. Verbal				
Graduação (+) ↑						
vamos	MANTER	<u>os programas sociais.</u>		<u>O Bolsa Família</u>		
	Pr. Existencial	Existente		Portador		
<u>o Pronatec, o Fies, o Prouni, o Minha Casa Minha Vida,</u>						
Portador						
<u>entre outros,</u>	SÃO	projetos	que	deram	certo,	e,
Portador	Pr. Relacional					
portanto,	TERÃO	sua gestão	<u>aprimorada.</u>			
	Pr. Relacional		Atributo			

Discussão: Com evidente intenção de acalmar as dúvidas da audiência, Temer promete, enfaticamente, que todos os projetos populares – e cita-os caso a caso – serão mantidos. Não deixa, no entanto, de mencionar que eles serão “aprimorados”, promessa que envolve o processo da *legitimização de futuro hipotético*, ao mesmo tempo em que pelo processo do *entimema*, constrói o seguinte silogismo:

1ª. premissa: Todo programa que deu certo não necessita de aprimoramento.

2ª. premissa: Os programas (Prouni etc) deram certo. [dito no discurso]

Conclusão: Não há necessidade de aprimoramento.

Ou seja, é possível ver nessa fala a sugestão subjacente de que esses programas não estariam satisfatórios sob o ponto de vista de Temer, precisando, assim, serem aprimorados. Pode-se incluir também uma crítica “que não quer calar” à gestão do PT.

COTEXTO: Aliás, aqui mais do que nunca, nós precisamos acabar com um hábito que existe no Brasil, em que assumindo outrem o governo, você tem que excluir o que foi feito.

Ao contrário, Circunstância	<u>você</u> Ator	tem que	PRESTIGIAR Pr. Material
Mod. Obrigação Julgamento (+)			
<u>aquilo</u> Meta	<u>que</u> Portador	DEU Pr. Relacional	<u>certo,</u> Atributo
COMPLETÁ-LOS, APRIMORÁ-LOS e Pr. Material	INSERTAR Pr. Mental	outros programas Meta	
<u>que</u> Portador	SEJAM Pr. Relacional	<u>úteis</u> Atributo	<u>para o País.</u> Recipiente
Julgamento (+)			
<u>Eu</u> Dizente	EXPRESSO, portanto, Pr. Verbal	<u>nosso compromisso</u> Verbiagem	<u>com essas reformas.</u> Circunstância
Mas <u>eu</u> Ator	quero	FAZER Pr. Material	<u>uma observação.</u> Meta
Mod. Desejabilidade			
É que	<u>nenhuma dessas reformas</u> Ator	ALTERARÁ Pr. Material	
Graduação (↑)			
<u>os direitos</u> Meta	ADQUIRIDOS Pr. Material	<u>pelos cidadãos brasileiros.</u> Ator	
Avaliação Social (+)		Avaliação Social (+)	

--

Discussão: Como alguém que toma posse do cargo de presidente em um contexto pós-impeachment, Temer usa seu discurso para apaziguar possível descontentamento de parte do auditório. Há, assim, um tipo de manipulação, envolvendo a *legitimização por futuro hipotético* somada à de emoção, para acalmar os ânimos. Embora seja difícil cumprir a promessa que “as reformas não alterarão direitos já adquiridos”, já que para haver realmente uma reforma, alguma coisa terá de ser modificada.

COTEXTO: Como menos fosse sê-lo-ia pela minha formação democrática e pela minha formação jurídica. Quando me pedirem para fazer alguma coisa, eu farei como Dutra, o que é diz o livrinho? O livrinho é a Constituição Federal.

Nós temos de organizar as bases do futuro. Muitas matérias estão em tramitação no Congresso Nacional,

<u>eu</u> Dizente	até não	iria	FALAR Pr. Verbal	VIU , (=ouviu)
	Polaridade	Mod. Probabilidade		Recurso interpessoal
mas como	<u>todo mundo</u> Portador	ESTÁ Pr. Relacional	prestando atenção (= atento), Atributo	
			Julgamento (+)	
<u>eu</u> Ator	vou	DAR Pr. Material	<u>toda uma programação</u> Meta	<u>aqui</u> . Circunstância
	Mod. Tempo			

Discussão: Temer se utiliza de uma fala informal (“viu?”) para se aproximar do público. Sua intenção inicial era de não se pronunciar na cerimônia de posse – fato que seria possível somente em um *mundo textual* – mas que lhe garante a humildade exigida pelo difícil contexto em que se encontra. Contudo, diante da atenção do público que o ouve, resolveu falar. Dessa forma, ele consegue espaço para dizer tudo que planejou comunicar.

COTEXTO: As reformas fundamentais serão fruto de um desdobramento ao longo do tempo. Uma delas, eu tenho empenho e terei empenho nisso, porque eu creio nela, é a revisão do pacto federativo.

<u>Estados e Municípios</u>	precisam	GANHAR	<u>autonomia verdadeira</u>
Ator		Pr. Material	Meta
Mod. Obrigação		Avaliação Social (+)	
<hr/>			
<u>sob a égide de uma federação real,</u>	não	SENDO	<u>uma federação artificial,</u>
Circunstância		Relacional	Atributo
		Avaliação Social (-)	
<hr/>			
<u>como vemos atualmente.</u>	<u>A força da União,</u>	nós	temos que
Circunstância		Experienciador	
Avaliação Social (-)		Mod.Obrigação	
<hr/>			
COLOCAR	<u>isso</u>	<u>na nossa cabeça,</u>	(A força da União) DERIVA
Pr.Mental	Fenômeno	Existente	Pr. Existencial
Julgamento (+)		colocar na cabeça = pensar	
<hr/>			
<u>da força dos estados e dos municípios.</u>	HÁ	<u>matérias,</u>	meus amigos,
Circunstância	Pr. Existencial	Existente	
			Afeto (+)
<hr/>			
<u>controvertidas,</u>	<u>como a reforma trabalhista e a previdenciária.</u>		
Atributo	Circunstância		
Apreciação (-)	Avaliação Social (+)		

Discussão: Temer fala das necessidades que o seu governo terá de enfrentar, tocando em pontos nevrálgicos como a reforma tributária e a da previdência, num esforço para apaziguar os ânimos de um país pós impeachment. Não deixa de criticar os governos anteriores sobre a existência de uma “federação artificial”, lançando mão da *pressuposição*, ou seja, Temer não diz claramente, mas pelo recurso da *pressuposição*, deixa por conta do leitor a inferência.

COTEXTO: A modificação que queremos fazer, tem como objetivo, e só se este objetivo for cumprido é que elas serão levadas adiante, mas tem como objetivo o pagamento das aposentadorias e a geração

de emprego. Para garantir o pagamento, portanto. Tem como garantia a busca da sustentabilidade para assegurar o futuro.

Esta agenda, difícil, complicada, não é fácil, ela será balizada, de um lado pelo diálogo e de outro pela conjugação de esforços. Ou seja, quando editarmos uma norma referente a essas matérias, será pela compreensão da sociedade brasileira. E, para isso, é que nós queremos uma base parlamentar sólida, que nos permita conversar com a classe política e também com a sociedade.

Executivo e legislativo precisam trabalhar em harmonia e de forma integrada. Até porque no Congresso Nacional é que estão representadas todas as correntes da opinião da sociedade brasileira, não é apenas no executivo. Lá no Congresso Nacional estão todos os votos de todos os brasileiros. Portanto, nós temos que governar em conjunto.

Então, nós vamos precisar muito da governabilidade e a governabilidade exige -além do que eu chamo de governança que é o apoio da classe política no Congresso Nacional- precisam também de governabilidade, que é o apoio do povo. O povo precisa colaborar e aplaudir as medidas que venhamos a tomar. E nesse sentido a classe política unida ao povo conduzirá ao crescimento do País. Todos os nossos esforços estarão centrados na melhoria dos processos administrativos, o que demandará maior eficácia da governança pública.

A moral pública será permanentemente buscada por meio dos instrumentos de controle e apuração de desvios. Nesse contexto, tomo a liberdade de dizer que a Lava Jato tornou-se referência e como tal, deve ter prosseguimento e proteção contra qualquer tentativa de enfraquecê-la.

<u>O Brasil, meus amigos,</u> Ator	VIVE Material	<u>hoje</u> Circunstância	<u>sua pior crise econômica.</u> Meta
Afeto (+)		Avaliação Social (-) Graduação ↓	
SÃO Existencial	<u>11 milhões de desempregados.</u> Existente	<u>inflação de dois dígitos,</u> Existente	
		Avaliação Social (-) Graduação ↓	
<u>déficit quase de R\$ 100 bilhões de reais.</u> Existente		<u>recessão e também grave</u> Existente	
		Avaliação Social (-) Graduação (-) ↓	
<u>a situação caótica da saúde pública.</u> Existente			
Avaliação Social (-) Graduação (-) ↓			

Discussão: No tom que vem adotando desde o início, Temer se dirige à audiência com “meus amigos”, classificado com avaliatividade de afeto positivo, para em seguida referir-se à caótica situação em que se encontra o País. Com isso diminui sua responsabilidade em relação ao que poderá fazer para melhorar

a situação, ao mesmo tempo em que *implica* a responsabilidade pelo caos ao governo anterior.

COTEXTO: Nosso maior desafio é estancar o processo de queda livre na atividade econômica, que tem levado ao aumento do desemprego e a perda do bem-estar da população. Para isso, é imprescindível, reconstruirmos os fundamentos da economia brasileira. E melhorarmos significativamente o ambiente de negócios para o setor privado. De forma que ele possa retomar sua rotação natural de investir, de produzir e gerar emprego e renda.

<u>De imediato,</u> Circunstância	precisamos	também	RESTAURAR Pr. Material
	Mod. Obrigação		Avaliação Social (+)
<u>o equilíbrio das contas públicas.</u>			
	Meta		
	Avaliação Social (+)		

Discussão: Temer tenta, a todo momento, ir ao encontro das expectativas da audiência, e em especial à parcela da audiência que não adere ao impeachment de Dilma Rousseff, num processo conhecido como *política do apito do cão*, ou criticando a herança que recebeu do governo anterior, ou prometendo realizar as aspirações dessa audiência.

COTEXTO: trazendo a evolução do endividamento no setor público de volta ao patamar de sustentabilidade ao longo do tempo. Quanto mais cedo formos capazes de reequilibrar as contas públicas, mais rápido conseguiremos retomar o crescimento.

A primeira medida, na linha dessa redução, está, ainda que modestamente, aqui representada, já eliminamos vários ministérios da máquina pública. E, ao mesmo tempo, nós não vamos parar por aí. Já estão encomendados estudos para eliminar cargos comissionados e funções gratificadas. Sabidamente funções gratificadas desnecessárias. Sabidamente, na casa de milhares e milhares de funções comissionadas.

Eu Ator	quero,	também, para	TRANQUILIZAR Pr. Material	<u>o mercado,</u> Meta
	Mod. Desejabilidade		Avaliação Social (+)	
DIZER Pr. Verbal	<u>que</u>	<u>serão MANTIDAS</u> Pr. Material	<u>todas as garantias</u> Tema	que Verbiagem
			Graduação (↑)	

<u>a direção do Banco Central</u> Verbiagem	hoje	DESFRUTA para Pr. Relacional Julgamento (+)	FORTALECER Pr. Material Julgamento (+)
<u>sua atuação</u> Tema	<u>como condutora da política monetária e fiscal.</u> Circunstância		

Discussão: Em nova tentativa de tranquilizar a audiência, Temer traz a credibilidade que o Banco Central desfruta no Brasil, para garantir a política monetária e fiscal. Em toda extensão de seu discurso, Temer mostra em especial duas preocupações: que toma posse num momento difícil, pós-impeachment; que é preciso conseguir o apoio do povo.

COTEXTO: É preciso, meus amigos, e aqui eu percebo que eu fico dizendo umas obviedades, umas trivialidades, mas que são necessárias porque, ao longo do tempo, eu percebo como as pessoas vão se esquecendo de certos conceitos fundamentais da vida pública e da vida no Estado.

Então, quando eu digo "é preciso dar eficiência aos gastos públicos", coisa que não tem merecido maior preocupação do Estado brasileiro, nós todos estamos de acordo com isso. Nós precisamos atingir aquilo que eu chamo de "democracia da eficiência". Porque se, no passado, nós tivemos, por força da Constituição, um período da democracia liberal, quando os direitos liberais foram exercitados amplamente. Se, ao depois, ainda ancorado na Constituição, nós tivemos o desfrute dos chamados direitos sociais, que são previstos na Constituição, num dado momento aqueles que ascenderam ao primeiro patamar da classe média, começaram a exigir eficiência, eficiência do serviço público e eficiência nos serviços privados. E é por isso que hoje nós estamos na fase da democracia da eficiência, com o que eu quero contar com o trabalho dos senhores ministros, do Parlamento e de todo o povo brasileiro.

Eu quero também remover – pelo menos nós faremos um esforço extraordinário para isto – a incerteza introduzida pela inflação dos últimos anos. Inflação alta – vai mais uma trivialidade – atrapalha o crescimento desorganiza a atividade produtiva e turva o horizonte de planejamento dos agentes econômicos.

E sabe quem sofre as primeiras consequências dessa inflação alta? É a classe trabalhadora e os segmentos menos protegidos da sociedade, é que pagam a parte mais pesada dessa conta. Nós todos sabemos que, há um bom tempo, o mundo está de olho no Brasil. Os investidores acompanham, com grande interesse, as mudanças no nosso país. Havendo condições adequadas - e nós vamos produzi-las-, a resposta será rápida, pois é grande a quantidade de recursos disponíveis no mercado internacional e até internamente, e ainda maior as potencialidades no nosso País. E com base no diálogo, nós adotaremos políticas adequadas para incentivar a indústria, o comércio, os serviços e os trabalhadores. E a agricultura, tanto a familiar quanto o agronegócio.

Precisamos prestigiar a agricultura familiar, que é quase um microempreendimento na área da agricultura.

Especialmente apoiando e incentivando os micros, pequenos e médios empresários. Além de modernizar o País, estaremos realizando o maior objetivo do governo: reduzir o desemprego. Que há de ser, os senhores percebem, estou repetindo esse fato porque eu tenho tido -e os senhores todos têm tido-, contato em todas as partes do País, com famílias desempregadas. E nós vemos o desespero desses brasileiros, que contam com um País com potencialidades extraordinárias e que não consegue levar adiante uma política econômica geradora de empregos para todos os brasileiros. Quero falar um pouco sobre a atuação nas linhas interna e externa do Brasil. E esses princípios estão consagrados na Constituição de [19]88, senador Mauro Benevides, que nós ajudamos a redigir, não é?

Eu indico, porque esses preceitos indicam caminho natural para definição das linhas da

atuação interna e externa do Brasil. Os senhores veem que eu insisto muito no tema da Constituição porque, ao meu modo de ver, toda vez que nós nos desviamos dos padrões jurídicos, e o Direito existe, exata e precisamente, para regular as relações sociais, quando nós nos desviamos as (incompreensível) dos limites do Direito, nós criamos a instabilidade social e a instabilidade política. Por isto eu insisto sempre em invocação do texto constitucional.

Muito bem, nesta Constituição, a independência nacional, a defesa da paz e da solução pacífica de conflitos, o respeito à autodeterminação dos povos, a igualdade entre os estados, a não-intervenção, a centralidade dos direitos humanos e o repúdio ao racismo e ao terrorismo, dentre outros princípios, são valores profundos da nossa sociedade. E traça uma imagem de um País pacífico e ciente dos direitos e deveres estabelecidos pela nossa Constituição.

São, meus amigos, esses elementos de consenso que nos permite estabelecer bases sólidas para a política externa que volte a representar os valores e interesses permanentes no nosso País. A recuperação do prestígio do País e da confiança em seu futuro serão tarefas iniciais e decisivas para o fortalecimento da inserção internacional da nossa economia.

Agora em agosto o Brasil estará no centro do mundo com a realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro. Bilhões de pessoas assistirão jogos, jornalistas de vários países estarão presentes para reportar o país-sede das competições. Muito além dos esportes, sabemos disso, as pautas se voltaram para as condições políticas e econômicas do País. Tão cedo não voltaremos a ter oportunidade como esta de atrair a atenção de tanta gente, ao mesmo tempo, em todos os cantos do mundo.

Nesta tarde de quinta-feira, porém, e desde já pedindo desculpas pelo possível, para usar um refrão, pelo possível alongado da exposição, eu quero dizer, reiterar, que a minha intenção era realizar essa cerimônia, digamos assim, com a maior sobriedade possível. Estamos fazendo porque, sem embargo do entusiasmo de todos os senhores, todos nós compreendemos o momento difícil, delicado, ingrato que estamos todos passando. Por isso, nessa tarde de quinta-feira não é momento para celebrações, mas para uma profunda reflexão: é o presente e o futuro que nos desafiam e não podemos olhar para frente com os olhos de ontem.

Olhamos com olhos no presente e olhos no futuro. Faço questão, e espero que sirva de exemplo, e declarar meu absoluto respeito institucional à senhora presidente Dilma Rousseff. Não discuto aqui as razões pelas quais foi afastada. Quero apenas sublinhar a importância do respeito às instituições e a observância à liturgia nas questões, no trato das questões institucionais. É uma coisa que nós temos que recuperar no nosso País. Uma certa cerimônia não pessoal, mas uma cerimônia institucional, uma cerimônia em que as palavras não sejam propagadoras do mal-estar entre os brasileiros, mas, ao contrário, que sejam propagadoras da pacificação, da paz, da harmonia, da solidariedade, da moderação, do equilíbrio entre todos os brasileiros.

<u>Tudo</u> Verbiagem	o	<u>que</u>	DISSE , Pr. Verbal	meus amigos ,	FAZ	parte (= pertence) Pr. Material
Afeto (+)						
<u>de um ideário</u> Meta	que		OFEREÇO Pr. Material	ao País, Beneficiário		
Julgamento (+)						
não	em busca (BUSCAR) da Pr. Material (nominalizado)		unanimidade , Meta	o que		É Pr. Relacional
Polaridade (-)						
impossível , Atributo	mas		<u>como início de diálogo</u> Tema	com busca de entendimento . Circunstância		

Discussão: Temer promete um “ideário”, mostra novamente que ele tende a permanecer na promessa – *legitimização de futuro hipotético* – e é cuidadoso nesse ato, reconhecendo intersubjetivamente aquilo que não é possível de conseguir, uma maneira de mostrar sua consciência sobre a situação que enfrenta.

COTEXTO: Farei muitos outros pronunciamentos. E meus ministros também. Meus ministros, é exagerado, são ministros do governo. O presidente não tem vice-presidente, não tem ministro, quem tem ministro é o governo.

Então, os ministros do governo farão manifestações nesse sentido, sempre no exercício infatigável de encontrar soluções negociadas para os nossos problemas. Temos pouco tempo, mas se nos esforçarmos, é o suficiente para fazer as reformas que o Brasil precisa.

E aí, meus amigos, eu quero dizer, mais uma vez, da importância dessa harmonia entre os Poderes, em primeiro lugar. Em segundo lugar, a determinação, na própria Constituição - e eu a cumprirei - no sentido de que cada órgão do Poder tem as suas tarefas: o Executivo executa, o Legislativo legisla, o Judiciário julga. Ninguém pode interferir em um ou outro poder por uma razão singela: a Constituição diz que os poderes são independentes e harmônicos entre si.

Ora, bem, nós não somos os donos do poder, nós somos exercentes do poder. O poder, está definido na Constituição, é do povo. Quando o povo cria o Estado, ele nos dá uma ordem: "Olha aqui, vocês, que vão ocupar os poderes, exerçam-no com harmonia porque são órgãos exercentes de funções". Ora, quando há uma desarmonia, o que há é uma desobediência à soberania popular, portanto há uma inconstitucionalidade. E isso nós não queremos jamais permitir que se pratique.

Dizia aos senhores que a partir de agora nós não podemos mais falar em crise. Trabalharemos. Aliás, há pouco tempo, eu passava por um posto de gasolina, na Castelo Branco, e o sujeito botou uma placa lá: "Não fale em crise, trabalhe". Eu quero ver até se consigo espalhar essa frase em 10, 20 milhões de outdoors por todo o Brasil, porque isso cria também um clima de harmonia, de interesse, de otimismo, não é verdade? Então, não vamos falar em crise, vamos trabalhar.

O nosso lema -que não é um lema de hoje-, o nosso lema é Ordem e Progresso. A expressão da nossa bandeira não poderia ser mais atual, como se hoje tivesse sido redigida.

Finalmente, meus amigos, fundado num critério de alta religiosidade. E vocês sabem que religião vem do latim religio, religare, portanto, você, quando é religioso, você está fazendo uma religação. E o que nós queremos fazer agora, com o Brasil, é um ato religioso, é um ato de religação de toda a sociedade brasileira com os valores fundamentais do nosso País.

Por isso que eu peço a Deus que abençoe a todos nós: a mim, à minha equipe, aos congressistas, aos membros do Poder Judiciário e ao povo brasileiro, para estarmos sempre à altura dos grandes desafios que temos pela frente. Meu muito obrigado e um bom Brasil para todos nós.

3.2 Discussão Geral dos Resultados

Michel Temer, em seu discurso de posse do cargo de presidente da República, deixa transparecer em sua fala o momento difícil que o País atravessava, após o impeachment de Dilma Rousseff, ao qual poderia estar também envolvido, segundo opinião de parte do povo brasileiro. Assim, justifica seu pronunciamento ao apoio de amigos parlamentares, cujo estímulo o fizera mudar os planos de não realizar o discurso.

No decorrer do discurso, é possível notar a preocupação constante em conseguir o apoio do povo, conclamando parlamentares e as lideranças políticas para se unirem ao seu governo para, juntos, poder enfrentar os desafios de um momento que é de grande dificuldade.

Em uma tentativa de acalmar os ânimos e ganhar apoio das classes sociais menos privilegiadas e falando em linguagem menos formal, Temer promete que as reformas previdenciárias e tributária não alterarão direitos já adquiridos. É notável também que Temer dirige-se à audiência utilizando o termo “meus amigos”, um processo de avaliatividade de afeto positivo, numa tentativa de aproximar-se da audiência.

Em seu discurso, não passa despercebida sua intenção de alertar a audiência – por meio do uso da avaliatividade de Avaliação Social negativa, implícita ou *tokens*, além de vários recursos retóricos – que, em resumo, o PT era o grande responsável pela grave crise econômica que atravessava o Brasil.

Notemos também que Temer não toma a si a realização das inúmeras promessas às quais se refere em seu pronunciamento sem afirmar que tudo será feito com a união de todos os brasileiros. Assim, será seu governo juntamente com o povo que trabalhará para diminuir a crise, os índices de desemprego além dos vários efeitos negativos proporcionados pelo governo anterior.

Não podemos deixar de notar que Temer mostra ser um notável orador, que se utiliza de recursos interpessoais com maestria, aproximando-se da audiência ou dela se afastando por meio de recursos retóricos de persuasão por meio dos quais diz tudo o que tem em mente, prometendo realizações num processo de legitimização de futuro hipotético. É sem dúvida um discurso muito bem articulado tanto em termos do conteúdo informativo (metafunção ideacional), quanto em termos da relação orador e

público (metafunção textual), articulados por uma linguagem impecável que une esses elementos (metafunção textual).

Infelizmente, não se pode esperar que membros do público sejam críticos e analíticos a respeito do que ouvem, o que os torna presa fácil de manipulações através dessas escolhas lexicais feitas obviamente para isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação de mestrado foi o exame crítico do discurso de Michel Temer, durante a posse dos ministros para seu governo, ocorrido em 12 de maio de 2016, após um conturbado processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff; era esperado que Temer, também tivesse sofrido o mesmo processo de afastamento.

Para esse estudo tivemos o apoio da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), que é uma proposta teórico-metodológica que vê a língua como um sistema de significados realizados por meio do rico recurso de opções gramaticais selecionadas pelo usuário da língua.

As análises dão base para que sejam respondidas as perguntas que sustentam essa pesquisa, a saber: (a) Qual é contribuição da metafunção ideacional no processo persuasivo que percorre o discurso de Temer? (b) E quanto à metafunção interpessoal? (c) De que recursos retóricos se vale a persuasão no discurso presidencial?

No que diz respeito a primeira pergunta, a metafunção ideacional, ou transitividade, contribui através das escolhas lexicogramaticais, à incorporação de tipos de experiência, percepção e consciência na língua realizadas pelo então presidente e vistas pelos processos, na grande maioria, relacionais, mentais e materiais. Durante o discurso, percebe-se que essas escolhas gramaticais sustentam, em grande parte, a persuasão por meio da sedução, traçando um cenário de futuro hipotético desejável, porém sem garantias.

Na segunda pergunta, a metafunção interpessoal ou avaliatividade, diz respeito as relações e as atitudes de comportamento, à expressão das interações e à apresentação da informação que nesse discurso político são demonstradas, como na maioria dos discursos políticos, de forma implícita. Os recursos persuasivos não são facilmente evidenciados, se a população não participar do mesmo *frame* que o então, recém empossado presidente. Nesse discurso a persuasão implícita só fica evidente quando é feita a análise das avaliações e se verifica que os tokens, as avaliações sociais e de julgamento, que são avaliação implícitas, tem presença marcante no texto.

Dentro do cenário pouco receptivo onde se foi feito o primeiro pronunciamento de Temer a nação, a terceira pergunta pode ser respondida ao concluir que a retórica, ou seja, a arte de argumentar bem, se dá, principalmente, pela inserção da metafunção interpessoal, implícita por meio de recursos como contrabando de informação, pressuposição, implicadura, legitimização, entinema, apito do cão, mundo textual e pressuposição.

Por meio dos resultados, constata-se que a persuasão implícita ocorre na subjacência do texto e que, para a sua revelação, é necessário o enfoque na relação entre as escolhas lexicogramaticais feitas na microestrutura do texto com os valores que se encontram na macroestrutura do discurso, cujo entendimento depende em grande parte do *frame* do interlocutor.

A pesquisa e os resultados obtidos foram significativos, uma vez que, a partir deles, houve uma maior consciência durante os diálogos pessoais rotineiros e profissionais, não só nas expressões orais de cada indivíduo, mas também nos textos acadêmicos e opinativos a que tenho acesso. Hoje, com uma percepção mais aguçada sobre os caminhos pelos quais a persuasão pode nos levar, posso notar com maior facilidade novos sentidos implícitos, onde frequentemente as pessoas utilizam elementos que aplicamos nessa pesquisa, como implicadura, *tokens* e pressuposição, por exemplo.

Profissionalmente, a experiência de conhecer a Sistêmico-Funcional e perceber como ela se aplica a textos tão diferentes, como um discurso político, foi extremamente gratificante e, sinto mais entusiasmo para seguir no ramo acadêmico e explorar as diferentes maneiras que podemos perceber a persuasão. Acredito e desejo que esse trabalho possibilite e dê suporte para que surjam novas pesquisas, que complementem esta, a fim de ampliar a discussão sobre o assunto aqui tratado. Espero ter correspondido aos propósitos que fomentaram essa dissertação.

REFERÊNCIAS

BARDONE, E.; MAGNANI, L. The appeal of gossiping fallacies and its eco-logical roots. *Pragmatics and Cognition*, 18.2, 2010, p. 365-396.

BOOTH, W. C. *A Rhetoric of Irony*. Chicago: University of Chicago Press, 1974.

BRETON, P. *A argumentação na comunicação*. São Paulo: EDUSC, 2003.

CHARTERIS-BLACK, J. *Corpus Approaches to Critical Metaphor Analysis*. Londres: Palgrave Macmillan, 2004.

CLIFT, R.; HOLT, E. (org.) *Reporting Talk: reported speech in interaction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

COFFIN, C.; O'HALLORAN, K. The role of APPRAISAL and corpora in detecting covert evaluation. *Functions of Language*, 13.1, 2006, p. 77-110.

CUNHA, H. R. *Padrão PUC Minas de normatização: normas da ABNT para apresentação de teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos*. Belo Horizonte: Sistema de Biblioteca da PUC Minas, 2011.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MICHEL TEMER, DURANTE CERIMÔNIA DE POSSE DOS NOVOS MINISTROS DE ESTADO – PALÁCIO DO PLANALTO. BIBLIOTECA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michael-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-palacio-do-planalto>>. Acesso em: 12 maio 2016.

DUBOIS, D. L.; HOLLOWAY, J.; VALENTINE, J. C. COOPER, H. Effectiveness of mentoring program for youth: a meta-analytic review. *American Journal of Community Psychology*, 30.2, 2002, p. 157-197.

DUNMIRE, P. "Emerging Threats" and "Coming Dangers": claiming the future for preventive war. In: HODGES, A.; NILEP, C. (org.) *Discourse, War and Terrorism*. Amsterdã: John Benjamins, 2007.

EL REFAIE, E. Our purebred ethnic compatriot's irony in newspaper journalism. *Journal of Pragmatics*, 37.6, 2005, p. 781-797.

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

FINEGAN, E. Subjectivity and Subjectification. In: STEIN, D.; WRIGHT, S. (org.). *Subjectivity and Subjectivization: Linguistic Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

FOWLER, R. *Language in the news*. Londres: Routledge, 1991.

GOFFMAN, E. *Frame analysis*. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

GOODWIN, C.; GOODWIN, M. H. Concurrent operations on talk: notes on the interactive organization of assessment. *Papers in Pragmatics*, 1.1, 1987, p. 1-55.

HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotic*. Londres: Longman, 1978.

_____. *Introduction to Functional Grammar*. Londres: Edward Arnold, 1994.

_____.; MATTHIESSEN, M. I. M. *An introduction to functional grammar*. Londres: Edward Arnold, 2004.

HOLLOWAY, I. *Basic concepts for qualitative research*. Nova Jersey: Blackwell Science, 1997.

HUNSTON, S.; THOMPSON, G. Evaluation: an introduction. In: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. (org.) *Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF. WIKIPÉDIA. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Impeachment_de_Dilma_Rousseff. Acesso em: 12 set. 2019.

KÄRKKÄINEN, E. Stance taking in conversation: from subjectivity to intersubjectivity. *Text & Talk*, 26., 2006, p. 699-731.

KITIS, E; MILAPIDES, M. Read it and believe it: how metaphor constructs ideology in News discourse – A case study. *Journal of Pragmatics*, v. 28, 1997, p. 557-590.

KOCH, I. V. K. *Argumentação e Linguagem*, São Paulo: Editora Cortez, 1987.

KOCKELMAN, P. Stance and subjectivity. *Journal of Linguistic Anthropology*, 14.2, 2004, p. 127-150.

KRESS. G.; HODGE, R. *Social Semiotics*. Nova York: Cornell Up, 1979.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *Laboratory life*. Londres: Sage, 1979.

LAUERBACH, G. Argumentation in political talk show interviews. *Journal of Pragmatics*, 39.8, 2007, p. 1388-1421.

LEIA ÍNTEGRA DO DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE INTERINO MICHEL TEMER. UOL. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770780-leia-integra-do-discurso-de-posse-do-presidente-interino-michel-temer.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2016.

LIMA, R. H. A persuasão no gênero pregação sob o enfoque da GSF. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, 2013.

LOLI, R. A persuasão no discurso de autoajuda: Uma abordagem sistêmico-funcional. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, 2008.

LUCHJENBROERS, J.; ALDRIDGE, M. Conceptual manipulation by metaphors and frames: Dealing with rape victims in legal discourse. *Text & Talk*, 27.3, 2007, p. 339-359.

MACKEN-HORARIK, M. Appraisal and the special instructiveness of narrative. *Text*, 23.2, 2003, p.285-312.

MARTIN, J. R. *The English Text: System and Structure*. Filadélfia/Amsterdã: John Benjamins, 1992.

_____. Beyond exchange: APPRAISAL systems in English. In: HUNSTON, S.; THOMPSON G. (org.) *Evaluation in Text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. Introduction. *Text*, 23.2, p., 2003, p. 171-181.

_____.; WHITE, P. R. R. *The Language of Evaluation: Appraisal in English*. Londres: Palgrave. 2005.

MARTINS, S. R. A Persuasão na propaganda dirigida a crianças: uma análise sob a perspectiva da GSF. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, 2012.

MINSKY, M. A Theory of Systemic Fragility. In: ALTMAN, E. I.; SAMETZ, A. W. (org.) *Financial Crises: Institutions and Markets in a Fragile Environment*. Nova York: John Wiley and Sons, 1977.

OCHS, E.; SHIEFFELIN, B. Language has a heart. *Text*, v. 9, 1989, p. 7-25.

POGGY, I. The goals of persuasion. *Pragmatics & Cognition*, 13.2, 2005, p. 297-336.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema Integrado de Bibliotecas. Orientações para elaboração de trabalhos científicos: projeto de pesquisa, teses, dissertações, monografias, relatório entre outros trabalhos acadêmicos, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). 3. ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2019. Disponível em: <www.pucminas.br/biblioteca>. Acesso em: 10 set. 2019.

PRECHT, K. Stance moods in spoken English: Evidentiality and affect in British and American conversation. *Text*, 23.2, 2003, p. 239-258.

REYES, A. Strategies of legitimization in political discourse: from words to actions. *Discourse & Society*, 22.6, 2011, p. 781-807.

SILVA, D. C. A persuasão em artigo de opinião: Um enfoque da GSF. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, 2014.

SILVA, S. A persuasão na propaganda de cervejas: sob o enfoque sistêmico-funcional. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, 2012.

SEMINO, E. *Language and World Creation in poetry and other texts*. Londres: Longman, 1997.

SORNIG, K. Some remarks on linguistic strategies of persuasion. In: WODAK, R. (org.) *Language, power and ideology*. Amsterdã: John Benjamins, 1988.

TEODORO, M. P. Interação e persuasão em artigo de opinião de Carlos Heitor Cony: Um enfoque sistêmico-funcional. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, 2013.

TOULMIN, S. E. *Os usos do argumento*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

THOMPSON, G. *Introducing Functional Grammar*. Londres: Routledge, 2004.

VALLAURI, E. L.; MASIA, V. Implicitness impact: measuring texts. *Journal of Pragmatics*, v. 61, 2014, p. 3-26.

VAN DIJK, T. A. (org.) *Handbook of Discourse Analysis – Dimensions of Discourse*, vol.2. Londres: Academic Press, 1985.

_____.; MARTIN ROJO, L. “There was a problem, and it was solved!”: Legitimizing the expulsion of ‘illegal’ migrants in Spanish parliamentary discourse. *Discourse and Society*, 8.4, 1997, p. 523-566.

_____. Context models in discourse processing. In: VAN OOSTENDORP, H.; GOLDMAN, S. R. (org.) *The construction of mental representations during reading*. Nova Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1999.

_____. *Discourse and Manipulation*. 2005. Trabalho apresentado no CDA Congress Athens, Barcelona, 2005.

VAN LEEUWEN, T. J.; WODAK, R. Legitimizing immigration control: a discourse-historical analysis. *Discourse studies*, 1.1, 1999, p. 83-118.

Anexo A – Discurso de Posse – Michel Temer

"Olhe, meus amigos, eu quero cumprimentar todos os ministros empossados, os senhores governadores, senhoras e senhores parlamentares, familiares, amigos, senhoras e senhores.

Eu pretendia que esta cerimônia fosse extremamente sóbria e discreta, como convém ao momento que vivemos. Entretanto, eu vejo o entusiasmo dos colegas parlamentares, dos senhores governadores, e tenho absoluta convicção de que este entusiasmo deriva, precisamente, da longa convivência que nós todos tivemos ao longo do tempo. Até pensei, num primeiro momento, que não lançaria nenhuma mensagem neste momento. Mas percebi, pelos contatos que tive nestes dois últimos dias, que indispensável seria esta manifestação.

E minha primeira palavra ao povo brasileiro é a palavra confiança. Confiança nos valores que formam o caráter de nossa gente, na vitalidade da nossa democracia; confiança na recuperação da economia nacional, nos potenciais do nosso país, em suas instituições sociais e políticas e na capacidade de que, unidos, poderemos enfrentar os desafios deste momento que é de grande dificuldade.

Reitero, como tenho dito ao longo do tempo, que é urgente pacificar a Nação e unificar o Brasil. É urgente fazermos um governo de salvação nacional. Partidos políticos, lideranças e entidades organizadas e o povo brasileiro não podem emprestar sua colaboração para tirar o país dessa grave crise em que nos encontramos. O diálogo é o primeiro passo para enfrentarmos os desafios para avançar e garantir a retomada do crescimento. Ninguém, absolutamente ninguém, individualmente, tem as melhores receitas para as reformas que precisamos realizar. Mas nós, governo, Parlamento e sociedade, juntos, vamos encontrá-las.

Eu conservo a absoluta convicção de que é preciso resgatar a credibilidade do Brasil no concerto interno e no concerto internacional, fator necessário para que empresários dos setores industriais, de serviços, do agronegócio, e os trabalhadores, enfim, de todas as áreas produtivas se entusiasmem e retomem, em segurança, com seus investimentos. Teremos que incentivar, de maneira significativa, as parcerias público-privadas, na medida em que esse instrumento poderá gerar emprego no País.

Sabemos que o Estado não pode tudo fazer. Depende da atuação dos setores produtivos: empregadores, de um lado, e trabalhadores de outro. São esses dois polos que irão criar a nossa prosperidade. Ao Estado compete -vou dizer, aqui, o óbvio-, compete cuidar da segurança, da saúde, da educação, ou seja, dos espaços e setores fundamentais, que não podem sair da órbita pública. O restante terá que ser compartilhado com a iniciativa privada, aqui entendida como a conjugação de ação entre trabalhadores e empregadores.

O emprego, sabemos todos, é um bem fundamental para os brasileiros. O cidadão, entretanto, só terá emprego se a indústria, o comércio e as atividades de serviço, estiverem todas caminhando bem.

De outro lado, um projeto que garanta a empregabilidade, exige a aplicação e a consolidação de projetos sociais. Por sabermos todos, que o Brasil lamentavelmente ainda é um País pobre. Portanto, reafirmo, e o faço em letras garrafais: vamos manter os programas sociais. O Bolsa Família, o Pronatec, o Fies, o Prouni, o Minha Casa Minha Vida, entre outros, são projetos que deram certo, e, portanto, terão sua gestão aprimorada. Aliás, aqui mais do que nunca, nós precisamos acabar com um hábito que existe no Brasil, em que assumindo outrem o governo, você tem que excluir o que foi feito. Ao

contrário, você tem que prestigiar aquilo que deu certo, completá-los, aprimorá-los e inserir outros programas que sejam úteis para o País. Eu expressei, portanto, nosso compromisso com essas reformas.

Mas eu quero fazer uma observação. É que nenhuma dessas reformas alterará os direitos adquiridos pelos cidadãos brasileiros. Como menos fosse sê-lo-ia pela minha formação democrática e pela minha formação jurídica. Quando me pedirem para fazer alguma coisa, eu farei como Dutra, o que é diz o livrinho? O livrinho é a Constituição Federal.

Nós temos de organizar as bases do futuro. Muitas matérias estão em tramitação no Congresso Nacional, eu até não iria falar viu, mas como todo mundo está prestando atenção, eu vou dar toda uma programação aqui. As reformas fundamentais serão fruto de um desdobramento ao longo do tempo. Uma delas, eu tenho empenho e terei empenho nisso, porque eu tenho nela, é a revisão do pacto federativo. Estados e municípios precisam ganhar autonomia verdadeira sobre a égide de uma federação real, não sendo uma federação artificial, como vemos atualmente.

A força da União, nós temos que colocar isso na nossa cabeça, deriva da força dos estados e municípios. Há matérias, meus amigos, controversas, como a reforma trabalhista e a previdenciária. A modificação que queremos fazer, tem como objetivo, e só se este objetivo for cumprido é que elas serão levadas adiante, mas tem como objetivo o pagamento das aposentadorias e a geração de emprego. Para garantir o pagamento, portanto. Tem como garantia a busca da sustentabilidade para assegurar o futuro.

Esta agenda, difícil, complicada, não é fácil, ela será balizada, de um lado pelo diálogo e de outro pela conjugação de esforços. Ou seja, quando editarmos uma norma referente a essas matérias, será pela compreensão da sociedade brasileira. E, para isso, é que nós queremos uma base parlamentar sólida, que nos permita conversar com a classe política e também com a sociedade.

Executivo e legislativo precisam trabalhar em harmonia e de forma integrada. Até porque no Congresso Nacional é que estão representadas todas as correntes da opinião da sociedade brasileira, não é apenas no executivo. Lá no Congresso Nacional estão todos os votos de todos os brasileiros. Portanto, nós temos que governar em conjunto.

Então, nós vamos precisar muito da governabilidade e a governabilidade exige -além do que eu chamo de governança que é o apoio da classe política no Congresso Nacional- precisam também de governabilidade, que é o apoio do povo. O povo precisa colaborar e aplaudir as medidas que venhamos a tomar. E nesse sentido a classe política unida ao povo conduzirá ao crescimento do País. Todos os nossos esforços estarão centrados na melhoria dos processos administrativos, o que demandará maior eficácia da governança pública.

A moral pública será permanentemente buscada por meio dos instrumentos de controle e apuração de desvios. Nesse contexto, tomo a liberdade de dizer que a Lava Jato tornou-se referência e como tal, deve ter (falha no áudio) e proteção contra qualquer tentativa de enfraquecê-la.

O Brasil, meus amigos, vive hoje sua pior crise econômica. São 11 milhões de desempregados, inflação de dois dígitos, déficit quase de R\$ 100 bilhões, recessão e também grave a situação caótica da saúde pública. Nosso maior desafio é estancar o processo de queda livre na atividade econômica, que tem levado ao aumento do desemprego e a perda do bem-estar da população.

Para isso, é imprescindível, reconstruirmos os fundamentos da economia brasileira. E melhorarmos significativamente o ambiente de negócios para o setor privado. De forma que ele possa retomar sua rotação natural de investir, de produzir e gerar emprego e renda.

De imediato, precisamos também restaurar o equilíbrio das contas públicas, trazendo a evolução do endividamento no setor público de volta ao patamar de sustentabilidade ao longo do tempo. Quanto mais cedo formos capazes de reequilibrar as contas públicas, mais rápido conseguiremos retomar o crescimento.

A primeira medida, na linha dessa redução, está, ainda que modestamente, aqui representada, já eliminamos vários ministérios da máquina pública. E, ao mesmo tempo, nós não vamos parar por aí. Já estão encomendados estudos para eliminar cargos comissionados e funções gratificadas. Sabidamente funções gratificadas desnecessárias. Sabidamente, na casa de milhares e milhares de funções comissionadas.

Eu quero, também, para tranquilizar o mercado, dizer que serão mantidas todas as garantias que a direção do Banco Central hoje desfruta para fortalecer sua atuação como condutora da política monetária e fiscal. É preciso, meus amigos, e aqui eu percebo que eu fico dizendo umas obviedades, umas trivialidades, mas que são necessárias porque, ao longo do tempo, eu percebo como as pessoas vão se esquecendo de certos conceitos fundamentais da vida pública e da vida no Estado.

Então, quando eu digo "é preciso dar eficiência aos gastos públicos", coisa que não tem merecido maior preocupação do Estado brasileiro, nós todos estamos de acordo com isso. Nós precisamos atingir aquilo que eu chamo de "democracia da eficiência". Porque se, no passado, nós tivemos, por força da Constituição, um período da democracia liberal, quando os direitos liberais foram exercitados amplamente. Se, ao depois, ainda ancorado na Constituição, nós tivemos o desfrute dos chamados direitos sociais, que são previstos na Constituição, num dado momento aqueles que ascenderam ao primeiro patamar da classe média, começaram a exigir eficiência, eficiência do serviço público e eficiência nos serviços privados. E é por isso que hoje nós estamos na fase da democracia da eficiência, com o que eu quero contar com o trabalho dos senhores ministros, do Parlamento e de todo o povo brasileiro.

Eu quero também remover -pelo menos nós faremos um esforço extraordinário para isto- a incerteza introduzida pela inflação dos últimos anos. Inflação alta -vai mais uma trivialidade- atrapalha o crescimento, desorganiza a atividade produtiva e turva o horizonte de planejamento dos agentes econômicos. E sabe quem sofre as primeiras consequências dessa inflação alta? É a classe trabalhadora e os segmentos menos protegidos da sociedade, é que pagam a parte mais pesada dessa conta.

Nós todos sabemos que, há um bom tempo, o mundo está de olho no Brasil. Os investidores acompanham, com grande interesse, as mudanças no nosso país. Havendo condições adequadas -e nós vamos produzi-las-, a resposta será rápida, pois é grande a quantidade de recursos disponíveis no mercado internacional e até internamente, e ainda maior as potencialidades no nosso País. E com base no diálogo, nós adotaremos políticas adequadas para incentivar a indústria, o comércio, os serviços e os trabalhadores. E a agricultura, tanto a familiar quanto o agronegócio. Precisamos prestigiar a agricultura familiar, que é quase um microempreendimento na área da agricultura, especialmente

apoiando e incentivando os micros, pequenos e médios empresários. Além de modernizar o País, estaremos realizando o maior objetivo do governo: reduzir o desemprego. Que há de ser, os senhores percebem, estou repetindo esse fato porque eu tenho tido -e os senhores todos têm tido-, contato em todas as partes do País, com famílias desempregadas. E nós vemos o desespero desses brasileiros, que contam com um País com potencialidades extraordinárias e que não consegue levar adiante uma política econômica geradora de empregos para todos os brasileiros.

Quero falar um pouco sobre a atuação nas linhas interna e externa do Brasil. E esses princípios estão consagrados na Constituição de [19]88, senador Mauro Benevides, que nós ajudamos a redigir, não é? Eu indico, porque esses preceitos indicam caminho natural para definição das linhas da atuação interna e externa do Brasil. Os senhores veem que eu insisto muito no tema da Constituição porque, ao meu modo de ver, toda vez que nós nos desviamos dos padrões jurídicos, e o Direito existe, exata e precisamente, para regular as relações sociais, quando nós nos desviamos as (incompreensível) dos limites do Direito, nós criamos a instabilidade social e a instabilidade política. Por isto eu insisto sempre em invocação do texto constitucional.

Muito bem, nesta Constituição, a independência nacional, a defesa da paz e da solução pacífica de conflitos, o respeito à autodeterminação dos povos, a igualdade entre os estados, a não-intervenção, a centralidade dos direitos humanos e o repúdio ao racismo e ao terrorismo, dentre outros princípios, são valores profundos da nossa sociedade. E traça uma imagem de um País pacífico e ciente dos direitos e deveres estabelecidos pela nossa Constituição.

São, meus amigos, esses elementos de consenso que nos permite estabelecer bases sólidas para a política externa que volte a representar os valores e interesses permanentes no nosso País. A recuperação do prestígio do País e da confiança em seu futuro serão tarefas iniciais e decisivas para o fortalecimento da inserção internacional da nossa economia.

Agora em agosto o Brasil estará no centro do mundo com a realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro. Bilhões de pessoas assistirão jogos, jornalistas de vários países estarão presentes para reportar o país-sede das competições. Muito além dos esportes, sabemos disso, as pautas se voltaram para as condições políticas e econômicas do País. Tão cedo não voltaremos oportunidade como esta de atrair a atenção de tanta gente, ao mesmo tempo, em todos os cantos do mundo.

Nesta tarde de quinta-feira, porém, e desde já pedindo desculpas pelo possível, para usar um refrão, pelo possível alongado da exposição, eu quero dizer, reiterar, que a minha intenção era realizar essa cerimônia, digamos assim, com a maior sobriedade possível. Estamos fazendo porque, sem embargo do entusiasmo de todos os senhores, todos nós compreendemos o momento difícil, delicado, ingrato que estamos todos passando. Por isso, nessa tarde de quinta-feira não é momento para celebrações, mas para uma profunda reflexão: é o presente e o futuro que nos desafiam e não podemos olhar para frente com os olhos de ontem.

Olhamos com olhos no presente e olhos no futuro. Faço questão, e espero que sirva de exemplo, e declarar meu absoluto respeito institucional à senhora presidente Dilma Rousseff. Não discuto aqui as razões pelas quais foi afastada. Quero apenas sublinhar a importância do respeito às instituições e a observância à liturgia nas questões, no trato das questões institucionais. É uma coisa que nós temos que recuperar no nosso País. Uma certa cerimônia não pessoal, mas uma cerimônia institucional, uma

cerimônia em que as palavras não sejam propagadoras do mal-estar entre os brasileiros, mas, ao contrário, que sejam propagadoras da pacificação, da paz, da harmonia, da solidariedade, da moderação, do equilíbrio entre todos os brasileiros.

Tudo o que disse, meus amigos, faz parte de um ideário que ofereço ao País, não em busca da unanimidade, o que é impossível, mas como início de diálogo com busca de entendimento. Farei muitos outros pronunciamentos. E meus ministros também. Meus ministros é exagerado, são ministros do governo. O presidente não tem vice-presidente, não tem ministro, quem tem ministro é o governo.

Então, os ministros do governo farão manifestações nesse sentido, sempre no exercício infatigável de encontrar soluções negociadas para os nossos problemas. Temos pouco tempo, mas se nos esforçarmos, é o suficiente para fazer as reformas que o Brasil precisa.

E aí, meus amigos, eu quero dizer, mais uma vez, da importância dessa harmonia entre os Poderes, em primeiro lugar. Em segundo lugar, a determinação, na própria Constituição - e eu a cumprirei - no sentido de que cada órgão do Poder tem as suas tarefas: o Executivo executa, o Legislativo legisla, o Judiciário julga. Ninguém pode interferir em um ou outro poder por uma razão singela: a Constituição diz que os poderes são independentes e harmônicos entre si.

Ora, bem, nós não somos os donos do poder, nós somos exercentes do poder. O poder, está definido na Constituição, é do povo. Quando o povo cria o Estado, ele nos dá uma ordem: "Olha aqui, vocês, que vão ocupar os poderes, exerçam-no com harmonia porque são órgãos exercentes de funções". Ora, quando há uma desarmonia, o que há é uma desobediência à soberania popular, portanto há uma inconstitucionalidade. E isso nós não queremos jamais permitir que se pratique.

Dizia aos senhores que a partir de agora nós não podemos mais falar em crise. Trabalharemos. Aliás, há pouco tempo, eu passava por um posto de gasolina, na Castelo Branco, e o sujeito botou uma placa lá: "Não fale em crise, trabalhe". Eu quero ver até se consigo espalhar essa frase em 10, 20 milhões de outdoors por todo o Brasil, porque isso cria também um clima de harmonia, de interesse, de otimismo, não é verdade? Então, não vamos falar em crise, vamos trabalhar.

O nosso lema -que não é um lema de hoje-, o nosso lema é Ordem e Progresso. A expressão da nossa bandeira não poderia ser mais atual, como se hoje tivesse sido redigida.

Finalmente, meus amigos, fundado num critério de alta religiosidade. E vocês sabem que religião vem do latim religio, religare, portanto, você, quando é religioso, você está fazendo uma religação. E o que nós queremos fazer agora, com o Brasil, é um ato religioso, é um ato de religação de toda a sociedade brasileira com os valores fundamentais do nosso País.

Por isso que eu peço a Deus que abençoe a todos nós: a mim, à minha equipe, aos congressistas, aos membros do Poder Judiciário e ao povo brasileiro, para estarmos sempre à altura dos grandes desafios que temos pela frente. Meu muito obrigado e um bom Brasil para todos nós."